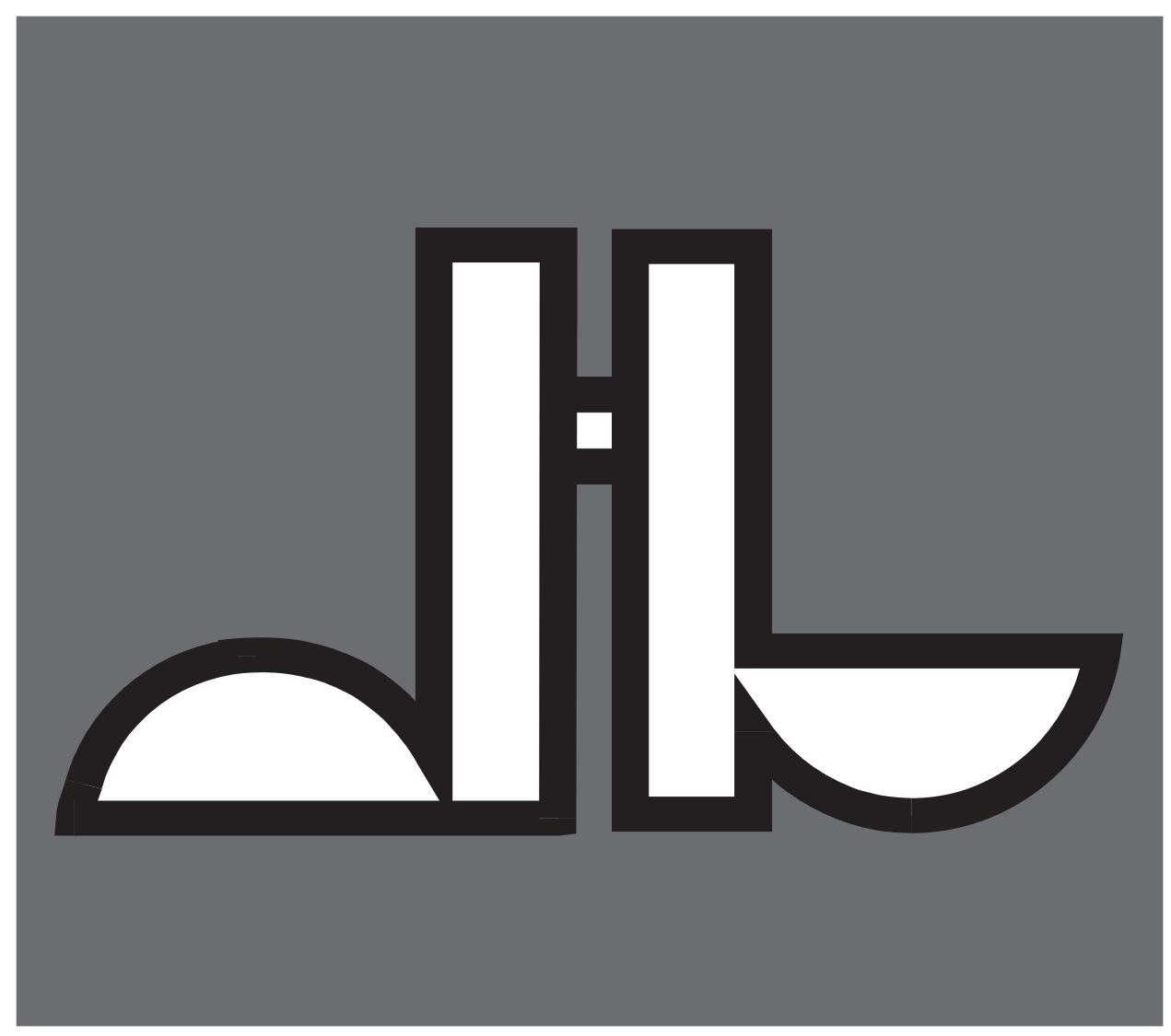




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(SESSÃO CONJUNTA)

ANO LXIV - Nº 009 - SEXTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado **MARCO MAIA** – PT-RS

2º Vice-Presidente

Senadora **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

1º Secretário

Deputado **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

2º Secretário

Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

3º Secretário

Deputado **ODAIR CUNHA** – PT-MG

4º Secretário

Senadora **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 9ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 4 DE JUNHO DE 2009	
1.1 – ABERTURA	
1.2.1 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar os trinta anos do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP	1590
1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Marconi Perillo)	
1.2.3 – Oradores	
Senador Romeu Tuma	1591
1.2.4 – Fala da Presidência (Senadora Serys Ikhessarenko)	
1.2.5 – Oradores (continuação)	
Deputado João Matos.....	1595
Senador Cristovam Buarque.....	1598
Deputado Jorginho Maluly	1603

Deputado Paes Landim	1606
Deputado Wilson Picler.....	1607
Senhor Hermes Ferreira Figueiredo (Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP)	1610
1.2.6 – Fala da Presidência (Senador Romeu Tuma)	
1.3 – ENCERRAMENTO	
CONGRESSO NACIONAL	
2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 9ª Sessão Conjunta (Solene) em 4 de junho de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Srª Serys Shhessarenko e dos Srs. Marconi Perillo e Romeu Tuma

(Inicia-se a Sessão às 10 horas e 28 minutos, e encerra-se às 12 horas e 51 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar os 30 anos de criação do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP.

Tenho a satisfação de convidar para compor a Mesa o Exmº Sr. Deputado João Matos, subscritor do requerimento pela Câmara dos Deputados, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior Brasileiro.

Convido o Exmº Sr. Senador Romeu Tuma, subscritor do requerimento no Senado Federal.

Convido o Sr. Hermes Ferreira Figueiredo, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP. (*Palmas.*)

Por fim, o Sr. Jorge de Jesus Bernardo, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de Goiás, meu Estado. (*Palmas.*)

Convido todos a ouvirem, de pé, o Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tenho satisfação de saudar esta cerimônia, todos os presentes, representando o Congresso Nacional.

O Congresso Nacional comemora hoje os 30 anos de fundação do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP, mais precisamente criado no dia 15 de fevereiro no já distante ano de 1979. Homenagens como a que prestamos agora muito engrandecem o Parlamento brasileiro, pois tratam de enaltecer a educação, o conhecimento, pré-requisitos básicos para o desenvolvimento econômico e social de qualquer nação, em todos os lugares e em todas as épocas da história da humanidade.

Desde a gestão de seu primeiro Presidente, o Prof. Luiz Paulo Schiavon, e até os dias de hoje quando é dirigido, com competência e tenacidade, pelo Prof. Hermes Ferreira Figueiredo, o SEMESP não só testemunhou, como protagonizou o crescimento exponencial das entidades privadas de ensino superior no Estado de São Paulo.

O SEMESP congrega hoje 383 mantenedoras e 538 mantidas em mais de 140 cidades do Estado de São Paulo. Tem como objetivo preservar, proteger e defender o segmento privado de educação superior, bem como prestar serviços de orientação especializada aos seus associados. Periodicamente realiza uma série de eventos, visando promover a interação entre mantenedoras e profissionais ligados à educação. Dentre eles destacam-se: o Fórum Nacional, Ensino Superior Particular Brasileiro, os Congressos Nacional e Internacional de Iniciação Científica e as jornadas regionais pelo interior de São Paulo.

Entre as diversas atividades realizadas pelo Sindicato destacam-se também a revista *Ensino Superior*, que, na edição de maio, faz um retrato preciso de como está o ensino superior brasileiro e o futuro do segmento. São várias as matérias que abordam novas propostas de inclusão das classes C e D, grupos educacionais de destaque e as projeções para o ensino superior até o ano 2013, embasadas no especial *Indicadores*, que analisa os principais números do último censo da educação superior. Na reportagem sobre cursos, a revista apresenta as 20 graduações que mais recepcionaram alunos. A edição traz ainda novas propostas de financiamento e um guia de medidas eficazes para o combate da evasão e da inadimplência no ensino superior privado.

Tal fenômeno de crescimento dessas entidades privadas de ensino superior no Estado de São Paulo sem sombra de dúvida encontra correspondência em todo o Brasil, onde as entidades privadas são responsáveis por 75% da oferta de vagas na educação superior. Nascidas com a tarefa de suprir as lacunas do ensino público, essas instituições, por sua capacidade financeira e gerencial, deixaram de lado o papel

de coadjuvantes e assumiram, juntamente com as universidades públicas, o papel de protagonistas do desenvolvimento da educação superior no Brasil.

No Estado mais desenvolvido da Federação, o Estado de São Paulo, onde atua o SEMESP, o *boom* da educação superior privada foi ainda mais significativo. Nos últimos 30 anos de atuação da entidade, multiplicou-se o número de instituições de ensino e, principalmente, sua capacidade e excelência nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, as entidades privadas de educação superior de São Paulo são responsáveis por nada menos do que 86% dos quase 1 milhão e 400 mil estudantes das universidades, faculdades e centros universitários do Estado. O principal porém não é o simples crescimento da participação privada ou do número de vagas, mas os indicativos do progresso, da qualidade dessas instituições.

Esse incremento qualitativo pode ser avaliado por intermédio do grande aumento do número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos pelas escolas particulares, bem como pelo aumento da participação dessas entidades na pesquisa científica e tecnológica nacional.

Não se pode deixar de destacar, também, os milhares de projetos de extensão desenvolvidos pelas entidades filiadas ao SEMESP, em sua maioria voltados ao atendimento da população mais carente do Estado de São Paulo. A brilhante atuação do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, nesses 30 anos de história, é a maior prova de sucesso do modelo de educação superior adotado no Brasil, que privilegia a coexistência harmônica entre instituições públicas e particulares.

Abrindo parênteses, eu gostaria de dizer a todos que eu fiz muita questão de convidar para a mesa o Jorge, que é o Presidente da Associação das Mantenedoras do meu Estado, porque lá conseguimos desenvolver uma parceria muito viva, muito ativa, do Governo do Estado com as instituições de ensino superior privadas. Se, de um lado, demos apoio à Universidade Federal do Estado de Goiás, se, de outro, criamos a Universidade do Estado de Goiás, demos forte apoio às instituições privadas, com a criação da chamada Bolsa Universitária, para atender aos estudantes pobres da rede privada. Com essa medida, nós conseguimos reduzir muito a inadimplência das instituições e ao mesmo tempo propiciar o acesso dos estudantes pobres à universidade. Esse programa, que teve a parceria do Governo do Estado – e ainda continua no Estado de Goiás – com a Associação das Mantenedoras de Ensino Superior, à minha época foi

responsável pela formação ou pelo benefício de 70 mil estudantes pobres, através da chamada Bolsa Universitária. E por insistência minha, modéstia parte falando, nos encontros que a gente tinha de Governadores com o Presidente da República, eu sugeria aos Governadores, ao próprio Presidente, e acabou nascendo o PROUNI.

Portanto, o Bolsa Universitária foi um programa pioneiro no Brasil, um programa institucional voltado ao apoio aos estudantes pobres e principalmente à parceira e à cooperação com as instituições privadas de ensino superior. Se formos levar em consideração as novas levas de estudantes beneficiados por este programa em Goiás, nós já devemos estar chegando à casa dos 90 mil estudantes beneficiados pelo Programa Bolsa Universitária.

Portanto, eu queria fazer esse parêntese para justificar, mais uma vez, a satisfação de ter aqui o Jorge, Presidente da nossa associação goiana, e para falar um pouco também deste projeto pioneiro, que acabou sendo muito importante para a proliferação e o fortalecimento do ensino superior no Estado, que já tinha uma força considerável, através da federal e da estadual, e que agora, também, através das instituições privadas, se constitui numa verdadeira alavanca do nosso progresso científico, cultural e econômico de Goiás.

Encerrando, gostaria de dizer que, ao comemorar os 30 anos do SEMESP, o Congresso Nacional presta uma verdadeira homenagem à educação superior brasileira, protagonizada por professores, estudantes e funcionários das milhares de instituições de ensino superior do País. Afinal, não há futuro sem educação.

Parabéns a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, primeiro signatário do requerimento no Senado Federal.

Logo após falará o nobre Deputado João Matos, primeiro signatário do requerimento na Câmara dos Deputados e como orador indicado por aquela Casa.

Asseguro a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero agradecer ao Senador Marconi Perillo, aos senhores presentes e pedir desculpa pelo pequeno atraso. Eu estava na Comissão de Justiça e lá está se discutindo a reforma do Código de Processo Penal. Eu sou membro, a Senadora Serlys também, da CCJ. Eu faço parte de uma sub-relatoria. Houve na CCJ a discussão e depois a votação de um projeto do qual eu era Relator. Estou aqui desde as 8 da manhã. Portanto, não é um atraso físico, mas sim, pela enorme deman-

da que esta Casa tem oferecido aos Parlamentares, principalmente nas Comissões.

Normalmente, a sociedade reclama que às vezes o plenário está vazio, mas desconhece o profundo trabalho que a gente tem feito nas Comissões, de onde nasce e se traz, praticamente, o prato pronto para o plenário para a aprovação ou rejeição das matérias. Este é um trabalho bastante intenso. Às vezes sou convidado, por universidades, para fazer palestras. Aliás, estou à disposição de algum diretor que queira. Para os Parlamentares, sempre é importante que isso aconteça, para discutir com os alunos sobre o trabalho do Congresso Nacional, das Assembleias, dos Municípios. As próprias leis são discutidas. Dia a dia, a juventude se interessa mais por esses assuntos. É ela que vai colher os frutos no futuro.

Quero saudar os presentes aqui elencados pela Mesa: o Senador Marconi Perillo, que deixa a Presidência e passa à Senadora Serys Slhessarenko, segunda Vice-Presidente da Casa; o Deputado Federal João Matos; o Sr. Hermes Ferreira Figueiredo, Presidente do Sindicato da Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior; o Sr. Jorge de Jesus Bernardo, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos da Educação no Estado de Goiás, cujo trabalho já foi mencionado pelo Presidente Marconi Perillo; os magníficos reitores e vice-reitores de instituições de ensino superior; as Sras. e Srs. Presidentes e Vice-Presidentes das instituições de ensino; meus amigos presentes; os Srs. Deputados; as Sras. e Srs. Senadores; o Deputado Wilson Kishi; o Deputado Lobbe Neto; o Deputado Nelson Marquezelli; o meu patrício de Araçatuba, que conduz bem o seu trabalho, principalmente a universidade do nosso padre, que tem um excelente trabalho à frente de uma juventude que provavelmente construirá o futuro do Brasil.

Eu fiz um pequeno pronunciamento em homenagem ao SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior, hoje presidido pelo Prof. Hermes Ferreira Figueiredo. Tenho muito orgulho de estar aqui, porque, não diria que a grande maioria, mas um bom número de reitores, diretores de escolas superiores são meus amigos. Ontem, no café da manhã – aliás, pagaram para mim, estou declarando senão vão dizer que foi exploração a uma entidade privada -, tivemos oportunidade de discutir. Eu tenho aqui o meu discurso. Se não tiver oportunidade de ler, fará parte dos Anais do Senado. Discutimos muito alguns aspectos que têm aflijido o ensino privado, algo que traz dificuldades de dar prosseguimento àquilo que é o mais importante, ou seja, investimentos para que a escola possa a todo tempo

ir melhorando a qualidade de ensino. Não há democracia, não há cidadania, não há nada que possa se comparar a uma educação perfeita.

O Senador Cristovam Buarque, desde a sua candidatura à Presidência da República, tem debatido fortemente neste plenário sobre a importância da educação. Sentimos ontem um pouco de aflição, porque há um desespero por parte dos mantenedores, dos diretores e daqueles que trabalham diante da possibilidade de melhorar as suas escolas na busca de um ensino superior de qualidade, em razão de vários procedimentos que o próprio Estado tem criado para as escolas.

Sei que o Ministro Fernando Haddad tem muito boa vontade, mas às vezes há uma discrepância nas medidas adotadas em favor das escolas públicas, em detrimento das escolas privadas. Não estou fazendo uma acusação. Apenas queria encontrar alguma realidade e que este Congresso pudesse ajudar realmente o ensino como um todo.

Sabemos que muita gente quer estudar. Faz vestibular, às vezes encontra na família uma possibilidade de arrecadação para pagar a matrícula. Começa a fazer o curso, mas no primeiro, segundo ou terceiro mês já não consegue pagar a mensalidade.

Então, estão buscando um entrosamento com o FIES, para que possa realmente dar solidez ao encaminhamento, e que essas pessoas não sejam obrigadas a abandonar a escola. Ou pior, quebrar a escola, porque, se a inadimplência subir de 25% a 30%, como, parece-me, foi a média informada, ela não terá capacidade de sobrevivência, até porque as exigências hoje do corpo discente são muito fortes. Você tem de ter curso de pós-graduação, tem de ser doutor. É uma exigência muito correta, eu acho, porque a qualidade de ensino melhora, mas ela onera muito a universidade, a faculdade, sem o retorno que possa realmente dar cobertura a esse processo.

Eu deveria estar falando em comemoração, festejando, mas ontem fiquei preocupado com as aflições dos que estavam à mesa do café. Eu me lembro de que, na Santa Ceia, Jesus não conseguiu festejar, porque Ele sentia – tenho duas irmãs queridas que devem estar dirigindo escolas de fé -, Ele distribuiu pão e vinho para uma despedida. Então, nós aqui estamos, talvez, com o mesmo sofrimento de Cristo, que não estava vislumbrando algo a não ser o próprio sacrifício para salvar as almas que caíram em desgraça durante o período anterior a 2 mil anos atrás.

Eu vejo isso nos diretores. Ontem, não vi um sorriso. É tão gostoso entrar em um ambiente em que o sorriso é permanente. A nossa felicidade – a Senadora está rindo, é gostoso ver – é enorme, mas a preocupa-

ção atravessa e traz uma angústia profunda. E a gente ri do sofrimento. Eu sinto o desespero de muitos diretores. Tenho visitado muitas universidades e faculdades. E todas têm aquele grande procedimento de saber como cuidar para que o ensino melhore, para que não caia a capacidade do ensino. O grande problema, professor, é não deixar cair a qualidade do ensino.

O Brasil precisa de uma escola privada ou pública, para que realmente encontre um caminho sadio no contexto das ações. Por isso essa é a nossa angústia. E venho aqui para dizer que sou um soldado para tentar ajudá-los a vencer essa etapa. Surgiu com uma dificuldade enorme de repente.

Lembro-me que, na década de 60, Senador, eu era Diretor de Polícia. Então, provavelmente cuidava daquelas greves de estudantes, daquela movimentação na década de 70. Havia uma grande reivindicação, que eram os excedentes. Não havia escola privada que desse cobertura ou representasse uma porta aberta para absorver toda aquela ânsia de cursar uma faculdade, uma escola superior, uma universidade. E não pelo diploma simplesmente, mas pelo mercado de trabalho, porque o objetivo principal hoje da escola é trabalhar no sentido de dar ao aluno conhecimento para que ele possa ter qualificação para enfrentar a concorrência.

O Ministro Jarbas Passarinho, com quem trabalhei no Ministério da Justiça, foi elevado a Ministro da Educação. A delegada de ensino de São Paulo – seu marido era meu colega, delegado também – discutia muito a absorção dos excedentes das escolas públicas, porque havia um número muito pequeno de vagas. Então, ele teve a capacidade – falava eu com o Presidente – de autorizar o funcionamento de várias faculdades e universidades, fazendo com que se criassem condições para hoje não existir mais excedentes, porque em todos os Municípios de São Paulo, como, aliás, em todos os Estados brasileiros, há praticamente oferta de vagas no ensino superior.

O que sentimos? A crise trouxe maiores dificuldades. Provavelmente, Deputado Lobbe Neto – V.Exª está em uma área de educação forte, de primeira grandeza, na região de São Carlos, com universidades de ponta -, a crise causou dificuldade para o aluno estudar, porque ele tem de lutar também por trabalho, para ajudar a família.

Essas circunstâncias que vêm ocorrendo nos 3 últimos anos refletem-se diretamente na capacidade de manutenção da qualidade do ensino privado no País.

O Estado tem de proporcionar oportunidades, de ampliar REFIS, FIES, PROUNI. É nossa pretensão lutar para que se dobrem esses mecanismos, porque a escola tem capacidade de absorver, mas não tem

capacidade de financiar. Conforme vimos nas discussões de ontem, não há essa possibilidade. Temos de acompanhar o trabalho da direção das entidades que congregam o ensino superior para criar uma legislação compatível e, com as autoridades competentes, buscar força para oferecer melhor qualidade e propiciar maior tranquilidade aos dirigentes para o estabelecimento de um marco definitivo acerca de currículos eficientes no trabalho que desenvolvem.

Hoje, no mercado de trabalho e nos órgãos públicos, temos muitos, muitos e muitos alunos oriundos de universidades particulares com grande qualidade. Elas têm oferecido cursos e promovido conferências com grandes nomes. Isso tudo demanda recursos. E os diretores não querem virar as costas para tais iniciativas, mesmo que represente um grande sacrifício.

Na verdade, Sra. Presidenta, eles estão de parabéns, porque acabam sendo apóstolos da educação, apóstolos da verdade, da busca do bem mais importante que todos procuramos deixar para nossos filhos: uma boa educação.

Sou filho de imigrante. E agora me lembro do meu pai, do sacrifício que ele fazia. Certo dia, ele nos deixou na porta da escola, o meu irmão e eu. E nos deu um dinheirinho para o lanche da tarde. Atravessávamos, então, grande crise econômica – e ele tinha loja com um sócio, o pai. Um bonde nos levava até a Rua 25 de Março, onde eu nasci, mas eu estudava na Rua Oriente – desculpem-me a emoção. E ele não conseguiu voltar para o bonde, porque ele estava redondo, não tinha espaço para ele subir. Então, ele nos chamou e pediu de volta o dinheirinho que tinha dado para o lanche, porque não conseguia chegar a pé ao local de trabalho.

Naquela época, todo imigrante – e aqui deve haver vários filhos de imigrantes – tinha uma visão diferenciada do que hoje a modernidade impõe: deixar de comer, mas dar uma educação perfeita aos filhos.

Por quê? Porque nos países de onde vieram havia guerras, perseguições e uma série de fatores que impediam dar uma boa educação às suas crianças. Eles tinham saído de lá na busca oportunidades nos países que ofereciam alguma coisa, e o Brasil foi um deles. Às vezes, dividia-se o lanche, mas não se dividia o dinheiro para pagar a escola privada, porque a coisa mais difícil era um filho de imigrante ingressar em uma escola pública. Tinha de ter carta apresentação de um político forte para ter essa oportunidade.

Hoje, os senhores são uns heróis ao enfrentarem todas essas dificuldades. E a esperança é de que Deus os abençoe para continuarem nessa luta. E só poderemos vencê-la se nos unir e buscar junto ao Governo toda a força para dar ao Brasil uma cidadania

mais perfeita com a formação daqueles que desejam estudar.

Muito obrigado.

Parabéns.

Que Deus os abençoe. (*Palmas.*)

PRONUNCIAMENTO A QUE SE REFERE O SR. ROMEU TUMA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, é com orgulho que ocupo esta tribuna para homenagear os 30 anos de existência do SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, hoje presidido pelo ilustre professor Hermes Ferreira Figueiredo.

Numa volta ao passado, veremos que o surgimento, no Brasil, das primeiras instituições de educação superior ocorreu lentamente. Enquanto na Europa, berço do pensamento, o ensino superior surgiu no século VII, com o estudo de Direito, Medicina e Teologia, na América Latina, países como México, Argentina e Uruguai inauguraram suas primeiras universidades nos séculos XVI e XVII. Por aqui, tardivamente, essas instituições demoraram a aparecer.

Até o grito de independência de nosso País, o ensino superior não passava de cursos secundários de maior duração, patrocinados pela Igreja. O objetivo era a formação religiosa ou a preparação dos nossos jovens para o ingresso nas universidades de países europeus, principalmente Portugal.

Foi somente a partir de 1879, graças à última reforma educacional do Império, que surgiram as chamadas “faculdades livres”. A maioria era particular, como a Escola de Engenharia Mackenzie College, criada em 1896, em São Paulo. Mas foi no início do século XX, que as primeiras universidades brasileiras mudaram o cenário educacional brasileiro. Na década de 20, o país ganhou as federais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Já nos anos 30, foi fundada a Universidade de São Paulo.

Nessa difícil trajetória do ensino superior particular brasileiro, o SEMESP tem seu lugar de destaque. Como resultado da necessidade de uma entidade que representasse as muitas faculdades particulares que surgiam principalmente a partir da década de 60, nascia, em 15 de fevereiro de 1979, o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo. Começava, assim, um caminho marcado pelo compromisso com a qualidade de ensino e com a prestação de serviços de orientação especializada aos seus associados.

No início da década de 80, o Brasil vivia a efervescência política, com os primeiros passos para a tão sonhada democratização. Nesse contexto, renomados

profissionais do ensino não mediram esforços para defender os interesses do setor nas relações com os sindicatos profissionais existentes. Diante dessa necessidade, foi criada a Associação Profissional das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, presidida pelo Dr. Philomeno Joaquim da Costa, Reitor do Mackenzie e, logo após, pelo Prof. Luiz Paulo Schiavon, da Organização Santamarense de Educação e Cultura (OSEC), atual Universidade de Santo Amaro (UNISA). Com a colaboração do Dr. Argemiro Barros de Araújo, os dois fundadores colheram os frutos de tanto esforço e dedicação: em 15 de fevereiro de 1979 o governo outorgava a Carta Sindical do SEMESP. Era o inicio de uma nova era.

Os desafios eram muitos. A nova entidade precisava ser alicerçada pela credibilidade. Assim, dois importantes passos ajudaram a construir o futuro do SEMESP: a realização do Primeiro Congresso de Ensino Superior do Brasil, ainda em 1979, e a união entre o SEMESP e a AESP – Associação de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Estava selada a missão do SEMESP.

Enquanto a entidade se consolidava, outras necessidades surgiram. Como a atuação do sindicato estava restrita às relações de trabalho com os sindicatos profissionais – uma limitação legal que impedia o envolvimento político -, a AESP foi fundamental para atuar nas questões institucionais do ensino superior.

Nos anos 80, houve um período de retração da demanda por ensino superior. Mas o SEMESP continuava firme em seus propósitos. Em 1987, Paulo Antônio Gomes Cardim assume a presidência do SEMESP. Foi em sua gestão, que o sindicato adquiriu sua primeira sede própria. Seis anos depois, sob a presidência do professor Gabriel Mário Rodrigues, uma nova sede foi inaugurada, com instalações mais amplas, no bairro do Ipiranga, onde permanece até hoje.

Os anos 90 chegaram para consolidar de vez o setor. Nessa década, a expansão do ensino superior foi notável, resultado do processo de expansão do ensino superior particular e do aumento do número de matrículas, com uma significativa expansão da pós-graduação, do ensino a distância e dos cursos de menor duração. Nesse contexto, o Estado de São Paulo tornou-se o maior centro de ensino superior particular da América Latina.

Desde 2005 o SEMESP é presidido por Hermes Ferreira Figueiredo. Neste período o SEMESP procurou ampliar a sua influência na formulação das políticas públicas para a educação. A entidade conquistou voz ativa e tem participado com frequência de discussões e soluções com o MIEC.

Em 30 anos, os desafios do SEMESP aumentaram à medida que o ensino superior se consolidava. Em três décadas, o número de universitários, no Brasil, saltou 870 mil, em 1979, para 4 milhões e 800 mil, em 2007. Hoje, o ensino superior particular responde por 75% das matrículas de graduação no País e por 86%, no Estado de São Paulo. São mais de 1 milhão e 200 mil universitários – 24% do País – matriculados em instituições particulares, em todo o estado paulista.

Além de impressionar, os números contribuem para a geração de emprego. Atualmente, são oferecidos, anualmente, 379 mil postos de trabalho, sendo 208 mil professores, entre mestres e doutores. Mas não é só isso. Além de aquecer a economia e abrir portas no mercado de trabalho aos nossos jovens, as instituições particulares também incorporam, há tempos, a gestão com responsabilidade social, na busca de alternativas para problemas sociais do País.

Ao finalizar o reconhecimento da importância do SEMESP para o ensino universitário particular no Brasil, ressalto, ainda que a atuação do sindicato contribuiu para o fortalecimento do setor. Se no passado, o ensino particular era considerado uma ferramenta complementar ao ensino público, hoje esse quadro se inverteu. O setor, como já ressaltei aqui, é responsável por 75% das matrículas de graduação do País. São duas mil 239 instituições de ensino superior particular, o que representa 90% do total, que oferecem 16 mil e novecentos cursos a três milhões e seiscentos mil alunos matriculados.

Ao SEMESP, cuja trajetória coincide com a evolução da educação superior brasileira, meus cumprimentos.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Marconi Perillo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Srª Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Obrigada, Senador Romeu Tuma.

Antes de passar a palavra ao Deputado João Matos, peço ao Senador Romeu Tuma que tome assento à mesa conosco – logo vou passar a S.Exª a presidência desta solenidade.

Gostaria agora de fazer uma breve saudação, como 2ª Vice-Presidente do Senado Federal, nesta sessão solene destinada a comemorar os 30 anos de criação do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, até porque sou Senadora atualmente, mas fui professora durante 26 anos na Universidade Federal de Mato Grosso.

Todos sabemos da importância da educação em nosso País, da participação de tantas entidades que realmente prestam grande serviço à formação de brasileiros e brasileiras.

Senador Romeu Tuma, é lindo ouvirmos uma fala espontânea como a de V.Exª, carregada de tanta emoção. Todos os meus 4 filhos têm curso superior, e bem sabemos, repito, da importância da educação para a formação do povo brasileiro.

Era a saudação que queria fazer a todos aqui presentes.

Registro a presença do Deputado Estadual Ademir Brunetto, do Estado de Mato Grosso, nosso companheiro de partido.

Infelizmente, tenho de me retirar, porque estou participando de duas Comissões, e de uma delas sou Vice-Presidente. Também tenho uma reunião com a Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. E aí vai uma palavra às mulheres presentes. A questão de gênero é uma das questões complexas que enfrentamos no Brasil, com discriminação na política, no trabalho e na família.

Às mulheres presentes, uma saudação muito especial, e é óbvio que também aos homens

Convido para presidir esta sessão solene o Senador Romeu Tuma. De imediato, S.Exª vai conceder a palavra ao Deputado João Matos.

Muito obrigada. (Palmas.)

A Srª Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Passo a ser rei agora.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Matos, primeiro signatário do requerimento na Câmara dos Deputados, e orador indicado por aquela Casa.

O SR. JOÃO MATOS (Bloco/PMDB – SC). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.).– Saúdo o Sr. Presidente neste momento desta sessão solene, o Senador Romeu Tuma; o Prof. Hermes Ferreira Figueiredo, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo; o Prof. Jorge de Jesus Bernardo, Presidente das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de Goiás; as Sras. Magníficas Reitoras; os Srs. Magníficos Reitores; os Srs. Magníficos Vice-Reitores; os Srs. Presidentes e Srs. Vice-Presidentes de universidades e de instituições de ensino superior aqui presentes; e os Exmos. Srs. Deputados Wilson Picler; Lobbe Neto, Nelson Marquezelli e Jorginho Maluly.

Cumprimento igualmente as senhoras e os senhores presentes dizendo da alegria e do privilégio que tenho de participar desta sessão solene que pretende, de forma muito singela, registrar e, mais do que isso, homenagear o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo por 30 anos de relevantes serviços prestados às causas da educação superior, sobretudo superior particular do nosso País.

Entidade que compõe o Fórum representativo das entidades mantenedoras do ensino superior particular brasileiro, o SEMESP tem destacada presença e participação não só no Estado de São Paulo, sua base territorial, mas também desdobramentos, a partir da sua forte e competente atuação, em todo o território nacional. É, sem sombra de dúvida, uma extraordinária parceira da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior Brasileiro, que tenho o privilégio de presidir, composta por cerca de 180 Sras. e Srs. Deputados Federais e umas duas dezenas de Sras. e Srs. Senadores.

Quero, de início, destacar o papel relevante que o SEMESP tem no contexto nacional, a partir de São Paulo, para o ensino superior brasileiro. Com certeza, a sua atuação, enquanto entidade sindical, orientando – e bem orientando -, com suas entidades mantenedoras associadas, faz com que, em parceria com as outras 4 entidades representativas que compõem o Fórum, deem em seu conjunto extraordinária contribuição para a melhoria da qualidade do ensino superior brasileiro.

Evidentemente, não podemos esquecer, Sras. Magníficas Reitoras, Srs. Magníficos Reitores, Srs. Magníficos Vice-Reitores, Srs. Presidentes de entidades mantenedoras, de que o segmento particular de ensino representa hoje o universo de 75% das matrículas do ensino universitário em nosso País. E, com certeza, foi e é o setor privado em toda a sua abrangência o grande responsável pela interiorização do ensino superior no País, levando-o a paragens até então não atingidas.

Mesmo que se destaque o esforço do Poder Público ao longo de décadas para que o ensino superior pudesse ser ampliado e oferecido na sua modalidade pública a número cada vez maior de jovens e adultos brasileiros, contudo, a falta capacidade do Estado brasileiro deixou esse vácuo que a iniciativa privada, graças a Deus, procurou ocupar, substituindo o Estado em uma de suas deficiências na área da educação.

Parabéns ao SEMESP e a todas as entidades representativas que formam o Fórum e têm sido responsáveis pelo avanço e pela interiorização do ensino nas regiões que não haviam ainda sido abrangidas. E

falo em modernização, em qualidade, em avanço na educação no seu conceito mais amplo no campo do conhecimento.

Mas, voltando à entidade homenageada, pedi à minha Assessoria que me fornecesse dados, alguns deles já citados há pouco pelo Senador Marconi Perillo, que presidia a sessão, mas que gostaria de repeti-los neste breve registro que pretendo fazer.

Fundado em 15 de fevereiro de 1979, o Sindicato das entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP, hoje presidido pelo nobre Prof. Hermes Ferreira Figueiredo, congrega 383 mantenedoras e 538 mantidas, em mais de 140 Municípios do Estado de São Paulo.

Tem como objetivo preservar, proteger e defender o segmento privado de educação superior, bem como prestar serviços de orientação especializada a seus associados.

Periodicamente realiza uma série de eventos, visando promover a interação entre mantenedoras e profissionais ligados à educação. Entre eles, destaca-se o Fórum Nacional: Ensino Superior Particular Brasileiro – FNESP, os congressos nacional e internacional de iniciação científica e as jornadas regionais pelo interior de São Paulo.

Tem uma trajetória marcada por significativas realizações que muito contribuíram para que o Estado de São Paulo se tornasse o maior centro de educação superior particular da América Latina.

No ano de 1977, o ensino particular era representado nas tratativas salariais pelo Sindicato Secundário no Estado de São Paulo, atual Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo – SIE-EESP. Por essa época, a vinculação não mais atendia aos interesses do setor nas relações com os sindicatos profissionais e o enquadramento em uma nova categoria sindical era de difícil concretização.

Diante desse quadro, foi constituída a Associação Profissional das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo, naquele momento presidida pelo Dr. Philomeno Joaquim da Costa, Reitor do Mackenzie, e, logo após, pelo Prof. Luiz Paulo Schiavon, da Organização Santamarense de Educação e Cultura – OSEC, atual Universidade de Santo Amaro – UNISA.

Graças à persistência de seus fundadores e a colaboração do Dr. Argemiro Barros de Araújo, o tão almejado objetivo foi alcançado, culminando com a entrega, em 15 de fevereiro de 1979, pelo então Ministro do Trabalho, Arnaldo da Costa Pietro, da Carta Sindical do SEMESP a seus representantes.

A primeira diretoria do recém-criado sindicato foi presidida pelo Prof. Luiz Paulo Schiavon até 1981,

na sede da Rua Mário Amaral, 257, no Bairro da Vila Mariana, na cidade de São Paulo.

Uma nova etapa precisava ser superada: conquistar credibilidade de novas mantenedoras para, no decorrer do tempo, adquirir massa crítica associativa.

Ainda em 1979, deu-se importante passo nessa direção com a realização do I Congresso do Ensino Superior do Brasil, que produziu marcantes propostas para consolidação da entidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Deputado João Matos, desculpe-me interrompê-lo. Mas recebi o pedido de dois Parlamentares – o Senador Eduardo Suplicy e o Deputado Lobbe Neto – que desejam aparteá-lo, caso V.Ex^a concorde.

O SR. JOÃO MATOS (Bloco/PMDB – SC) – Ouço, com prazer, o Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, o Deputado Lobbe Neto.

O Sr. Eduardo Suplicy (PT – SP) – Prezado Deputado João Matos, que preside a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior Brasileiro; Sr. Presidente do SEMESP, Hermes Ferreira Figueiredo; Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão; senhores representantes das diversas entidades de ensino superior presentes, registro meus cumprimentos ao Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo pelos seus 30 anos de existência. Conforme bem assinala o nobre Deputado João Matos, o SEMESP tem realizado profícuo trabalho e muito contribuído para expandir sobremaneira o ensino superior em nosso Estado, sobretudo interiorizando as oportunidades de educação com qualidade. É importante que tenha havido esse entrosamento com o Ministério da Educação, seja ao tempo em que era Ministro o hoje Senador Cristovam Buarque, aqui presente, seja o Ministro Tarso Genro, seja o Ministro Fernando Haddad, atual titular daquela Pasta. Além de diálogo e apresentação de sugestões, tem havido significativo entrosamento no que diz respeito à expansão do PROUNI, programa que tem possibilitado a expressivo número de jovens estudar nesses estabelecimentos representados pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior. Meus cumprimentos a V.Ex^a e a todos os presentes. Muito obrigado.

O SR. JOÃO MATOS (Bloco/PMDB – SC) – Muito obrigado, nobre Senador. (*Palmas.*)

Concedo um aparte ao nobre Deputado Lobbe Neto.

O Sr. Lobbe Neto (PSDB – SP) – Caro Deputado João Matos, Presidente da Frente Parlamentar do Ensino Superior, agradeço a V.Ex^a por me conceder este aparte. Rapidamente, farei algumas considerações. Cumprimento o Senado Romeu Tuma, que preside esta

sessão em homenagem aos 30 anos do SEMESP. É gratificante para mim estar presente a este evento tão importante em que se homenageia as mantenedoras dos estabelecimentos de ensino superior de São Paulo, área em que muito já foi feito e muito ainda há a fazer. A Frente Parlamentar e também a Comissão Especial da Reforma Universitária, cujo Relator é o Deputado Jorginho Maluly, aqui presente, poderão dar grande contribuição ao setor. É claro que essa contribuição dependerá muito das sugestões que recebermos dessa entidade e de outras que compõem o fórum. Quero, então, registrar que esta solenidade que o Congresso Nacional presta à SEMESP é muito justa. Afinal, são 30 anos de vida ajudando, como disse o Senador Tuma, na educação do povo paulista, do jovem de São Paulo, daqueles que procuram o ensino superior. Se não fosse o ensino superior particular – as entidades, as escolas, as mantenedoras, os professores, os técnicos, os mestres -, não teríamos alcançado o grande número de 75% das matrículas que ocorrem hoje em nosso País. E São Paulo deu e continua dando belo exemplo por intermédio de alguns programas. Com o PROUNI e o FIES, tivemos alguns avanços mais, mas ainda há muito por fazer e por trilhar. Na Comissão que o Deputado João Matos preside com muita competência, temos de estabelecer uma discussão cada vez maior com o Ministério da Educação. É preciso que tenhamos leis regulamentando o setor, e não resoluções e portarias, cuja edição sempre causa sobressalto e faz com que o mantenedor tenha de correr atrás para, com a sua competência e dignidade, continuar a dar ensino de qualidade ao jovem brasileiro, principalmente o do Estado São Paulo. Por isso, em nome do PSDB e do Líder José Aníbal, quero trazer aqui também o nosso abraço e nos colocar à disposição dos senhores. Parabéns por tudo que já fizeram e, tenho certeza, ainda farão em prol do ensino brasileiro, do ensino de São Paulo e do engrandecimento desta grande Nação. Por intermédio da educação e da tecnologia, poderemos ser a grande Nação com que sonhamos e que, infelizmente, a nossa geração ainda não viu, mas nós a estamos plantando para as futuras gerações. Um abraço e que Deus abençoe a todos. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO MATOS (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado, nobre Deputado Lobbe Neto. Incorporo o seu aparte a este meu despretensioso pronunciamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, concluo em breves minutos, de acordo com o material que preparei.

Como dizia, a missão do sindicato estava restrita às relações de trabalho com os sindicatos profissionais, pois a legislação não permitia o seu envolvimento político. Foi, então, criada a Associação de Ensino Superior

do Estado de São Paulo – AESP, entidade focada nas questões institucionais do ensino superior.

Fundada na cidade de Ribeirão Preto, a AESP contou com a participação de personalidades como Electro Bonini, Alberto Mesquita de Camargo, Gabriel Mário Rodrigues, Victorio Lanza, Theodulo Dias Júnior, Paulo Antônio Gomes Cardim, Abib Cury e outros. A AESP serviu de modelo para a criação da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES, que, por sua vez, tempos depois, originou a Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP.

No SEMESP, o Prof. Schiavon foi sucedido pelo Prof. Ernani Bicudo de Paula, eleito Presidente para o período de 1981 a 1984 e, posteriormente, para o período de 1984 a 1987. Além de dar continuidade ao trabalho iniciado pelo primeiro Presidente, a nova gestão trouxe a AESP para o sindicato e proporcionou maior aproximação com os mantenedores, que se associaram e solidificaram a imagem corporativa do setor.

Nesse período, o SEMESP instalou-se na Rua Tomás Carvalhal, nº 471, também no Bairro da Vila Mariana, em São Paulo.

Em 1987, o Prof. Paulo Antônio Gomes Cardim assume a presidência e permanece por 2 mandatos. Em sua gestão é adquirida a primeira sede própria, na Rua Apeninos, nº 378, no bairro da Aclimação, São Paulo, dando, consequentemente, maior peso à prestação de serviços aos associados.

A Presidência do SEMESP é assumida, em 1993, pelo Prof. Gabriel Mário Rodrigues, que, diante do aumento da demanda de serviços pelos associados, desenvolve uma estrutura organizacional compatível com as novas exigências. Em seu segundo mandato, é adquirida uma nova sede, com instalações mais amplas, localizada na Rua Cipriano Barata, nº 2.431, no Bairro do Ipiranga, em São Paulo, onde permanece até hoje.

Com o aprimoramento organizacional e uma atuação mais integrada – inclusive expandindo sua atuação por regiões do interior do Estado de São Paulo, o SEMESP ampliou sua oferta de atividades, iniciando uma série de eventos e introduzindo novos serviços aos associados, com destaque para a criação, em 2002, do Centro Brasileiro de Desenvolvimento do Ensino Superior – CE TRADE, que desenvolve programas e projetos voltados para o oferecimento de soluções específicas à comunidade acadêmica, com ênfase no amparo educativo a alunos com dificuldades financeiras.

Com esse breve registro histórico, demonstrando todo o esforço e uma trajetória muito bem-sucedida desde 1979, ano de sua fundação, até 2009, quando completa 30 anos de existência, o SEMESP, com

certeza, já disse há muito tempo a que veio e figura entre aquelas entidades representativas, como já frisei e volto a reforçar, que têm dado muitas contribuições e são corresponsáveis pelo desenvolvimento do ensino superior brasileiro, imprimindo-lhe um caráter de qualidade, de abrangência, de modernidade e de diversidade cada vez maior.

Em nome da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior Brasileiro, quero parabenizar toda a Diretoria do SEMESP, por intermédio do seu Presidente, o Prof. Hermes, e reafirmar que a Frente quer ser parceira para todas as horas e se coloca à disposição, evidentemente, de todos os segmentos do ensino superior brasileiro público – comunitário, particular ou privado -, mas, claro, destaca a parceria que vem desenvolvendo com o setor privado de ensino.

Parabéns, abraços e sucesso a toda a Diretoria e à Organização SEMESP.

Se me permite ainda, Sr. Presidente, motivado por assunto de último hora que me surgiu no Estado, peço a V.Ex^a, aos nobres componentes da Mesa e às senhoras e senhores representantes das diversas instituições, de maneira especial o SEMESP, compreensão, porque preciso me retirar em seguida uma vez que há um assunto meio urgente que deve ser resolvido logo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Turma. PTB – SP) – Nossos cumprimentos e sucesso na missão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Turma. PTB – SP) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque. E concedo a palavra a S.Ex^a não pela Liderança do partido, mas, sim, reconhecendo a grande liderança na educação que tem o Prof. Cristovam Buarque. S.Ex^a está sempre nos orientando e dirigindo nossos passos no que diz respeito ao apoio à educação, que é a missão principal que desenvolve nesta Casa em benefício da sociedade brasileira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador, e parabéns por estar presidindo esta tão merecida homenagem ao SEMESP e a cada um dos que fazem essa instituição.

Quando, um dia, escrevermos a história da segunda metade do século XX no Brasil, verificaremos que um dos pontos mais fundamentais da transformação que sofreu este País foi no ensino superior em geral, mais especialmente o particular. O ensino superior público não teve uma revolução, teve continuidade, não houve ali a explosão que aconteceu no setor privado, graças ao trabalho de pessoas que tiveram a coragem, a ousadia e o compromisso de investir em educação.

Portanto, demos um salto no ensino superior graças ao trabalho das instituições particulares, o que não aconteceu em nenhum outro setor. Outros setores da sociedade brasileira evoluíram, como ciência, tecnologia e até educação de base, mas o salto, o que podemos dizer que mudou de fato a mentalidade brasileira, foi a preocupação, o interesse e a possibilidade de camadas grandes da população desejarem, buscarem e conseguirem estudar além do segundo grau.

Devemos essa revolução a todos que fazem o ensino particular, mas, obviamente, especialmente àqueles que o fazem no Estado de São Paulo. Foi São Paulo, como a grande casa do Brasil, que primeiro deu esse salto.

Não é à toa que temos hoje 2.239 instituições, 16.900 mil cursos, 3,6 milhões de alunos e um movimento de R\$26 bilhões, quando, 10 anos atrás, eram apenas R\$4,5 bilhões. Esse é um salto revolucionário.

O que vimos no ensino superior foi uma revolução, que agora precisa de uma evolução; ao contrário da educação de base, onde temos visto uma evolução, que precisa de uma revolução.

Na condição de cidadão brasileiro, quero agradecer às mantenedoras pelo que fizeram, porque, sem elas, não haveria cursos, não haveria instalações, não haveria a atividade acadêmica.

É claro que isso foi feito – e é preciso lembrar agora – graças e especialmente à gestão do Ministro Paulo Renato, no período do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando o Brasil passou a perceber, por intermédio dessas lideranças, que o salto não viria da simples e pequena evolução do ensino público superior. Era preciso criar outros instrumentos. E eles tiveram a ousadia e a coragem, inclusive, de enfrentar corporações do setor público, e criaram um eixo diferente para o ensino superior no Brasil.

Ando muito pelo Brasil e sinto que, graças ao seu trabalho, hoje as cidades comemoram mais a instalação de uma nova faculdade do que a de uma nova fábrica. Até pouco tempo atrás, comemorava-se mais a inauguração de uma fábrica e nem sempre pensava em faculdade; hoje, é o contrário. Até porque, sabemos, as fábricas não geram mais tantos empregos, e os poucos que geram é para as pessoas que passaram pelas faculdades.

Então, esse salto de mentalidade veio graças aos senhores, que estiveram sintonizados com a evolução da realidade civilizatória. Entramos na civilização do conhecimento, e, nessa civilização, as mudanças e o próprio conceito de riqueza vão estar mais nas bancas das faculdades do que nas máquinas das fábricas. É aí que está o futuro do Brasil. É aí que está o nosso desafio de transformarmos um país exportador

até hoje de bens primários em um país produtor de conhecimento.

Não há futuro para um país que, nos dias de hoje, continua insistindo em se vangloriar de exportar muito ferro e muita soja – e vejamos que a soja brasileira só é possível graças ao conhecimento criado pela EMBRAPA. Não é possível nem mesmo se vangloriar da exportação de aviões, esse produto maravilhoso da Embraer, enquanto não souber como fazer os produtos inteligentes necessários a esses aviões. Sabemos fazer a fuselagem. A parte inteligente dos nossos aviões ainda é importada.

Mas, como dizia, os senhores estão fazendo a revolução que permitirá esse salto. O salto não foi dado ainda. O Brasil continua um país pobre em inteligência, e a culpa não é dos senhores, mas porque não vamos ter um bom sistema universitário enquanto não tivermos uma boa educação de base. Não é possível ter uma boa universidade com alunos que não chegam preparados. O ensino médio puxa a universidade para baixo; assim como o ensino fundamental puxa o ensino médio para baixo e a pré-escola puxa o ensino fundamental para baixo.

A revolução de que este País precisa para produzir o conhecimento já tem parte da infraestrutura, um sistema universitário capaz de absorver hoje, se forçarmos um pouco, 5 milhões de alunos, incluindo as instituições públicas e as particulares. Não vejo necessidade de se aumentar muito esse número; mas, sim de se melhorar a qualidade desse número, mas essa qualidade não virá de dentro dos senhores. Pode até melhorar um pouco, mas o salto educacional superior só virá quando a disputa para entrar na universidade – por meio de vestibular, do ENEM ou do Programa de Avaliação Seriada – for tão renhida, tão disputada quanto a que um jogador trava para chegar à Seleção Brasileira de Futebol. Só aí a universidade ficará boa: quando o seu acesso for tão difícil quanto é jogar nos times da primeira divisão.

E a única maneira de termos uma boa universidade graças a uma disputa ferrenha entre pessoas competentes para ali entrar é proporcionando uma educação de qualidade para todos, e não apenas para alguns, como ocorre hoje.

As jogarmos fora, todos os anos, milhões de cérebros que não terminam o segundo grau, estamos impedindo o ensino superior de dar o seu salto. Sessenta crianças saem da escola por minuto no Brasil, minuto de um ano letivo. Se considerarmos o ano inteiro, em vez de 60, são 45 crianças por minuto. Não há universidade realmente boa quando ela não pode aproveitar esses cérebros que estamos queimando ao

jogá-los fora. O Brasil queima seus 2 grandes recursos do futuro: suas florestas e seus cérebros.

Sobre isso, depois de parabenizá-los e agradecer pelo que os senhores fizeram para transformar a mentalidade brasileira, quero concordar com o que disse o amigo no sentido de que, quando se abre uma faculdade numa cidade onde não havia nenhuma, até a conversa no bar melhora – tudo melhora -, independentemente da qualidade da faculdade. Qualquer faculdade é melhor do que nenhuma. E há quem acredite que não se deve criar faculdades se não forem boas. Se fôssemos esperar que a Sorbonne só começasse a funcionar depois de adquirir alta qualidade, talvez só agora isso acontecesse. Primeiro, começamos, mas, agora, já está na hora de olharmos para o futuro.

Antes de conceder o aparte, que muito me orgulhará, ao Senador Augusto Botelho, quero dizer que, agora, os senhores devem enfrentar outros desafios. O primeiro de muitos, o desafio tecnológico, já o estão enfrentando. Esse desafio consiste de duas coisas: mudar do ensino presencial para o ensino a distância e mudar tecnologicamente o ensino presencial. Se não fizermos isso, o Brasil não dará o salto de que precisa para se transformar numa sociedade produtora de conhecimento. Os quadros-negros deste País precisam ser queimados – todos eles. Condenar um aluno que nasceu vendo efeitos especiais a assistir a uma aula de Astronomia no quadro-negro é jogar esse aluno fora da escola, seja na educação de base, seja no ensino superior. Dispomos de recursos que se não usarmos estaremos segurando, freando o ensino.

As indústrias usam tecnologias de ponta, os bancos usam tecnologias de ponta, as casas lotéricas usam tecnologias de ponta. Em tudo se usa tecnologia de ponta. Não é possível que a escola, a grande geradora de ciência e tecnologia, não use tecnologia de ponta dentro da sala de aula.

Temos de fazer uma campanha para que a sala de aula seja modernizada neste País. Se alguém tivesse dormido há 30 anos e só acordasse agora não reconheceria um *shopping center*, não reconheceria um banco, não reconheceria o lugar em que se revelam fotos, mas reconheceria as escolas, reconheceria as faculdades. Porque tudo isso que mencionei antes mudou, menos a escola. Temos de enfrentar esse desafio, que exigirá investimentos, mas, sobretudo, exigirá o preparo dos professores, para que eles percebam que não são mais um ente que carrega o saber dentro da cabeça, são apenas um veículo no qual baixa o pensamento que está espalhado no universo. Correndo o risco das metáforas, que não são boas quando as fazemos com aspectos religiosos, é como se o professor fosse um médium e nele baixasse o espírito

do conhecimento, que está nos computadores, ou o professor fosse aquele que ensina o estudante a surfar nas ondas do conhecimento. Acabou o tempo em que o professor era o portador do conhecimento. Hoje ele é o porteiro do conhecimento.

Recentemente, visitei uma escola particular em Recife – e, diga-se de passagem, uma escola muito simples – na qual o professor chega, dá o tema e vai embora. No outro dia, os alunos levam as dúvidas para ele. Lá, perguntei a um menino de 10 anos qual o tema que o professor havia dado. E ele me respondeu: “*Substâncias planas formadas em volumes sólidos*”. Perguntei, então, o que ele havia feito quando o professor deu esse tema. E ele me disse que acessou o Google e se reuniu com os outros 4 alunos do seu grupo. A partir daí, claro, eles não entenderam bem e foram atrás dos professores.

O professor é um auxiliar inteligente do computador, que é burro, mas que sabe fazer as coisas que mandamos. Tem de haver essa revolução tecnológica e, junto a isso, o ensino a distância. Não já como democratizar sem o ensino a distância.

Eu sei que em todos os lugares – e talvez aqui também – há pessoas que reagem ao ensino a distância. Quero lembrá-los, porém, de que, quando surgiu o cinema, muitos reagiram contra, dizendo que a arte de *performance* só acontecia de verdade no teatro, que não era possível fazer arte numa tela. No entanto, é preciso reconhecer que os grandes artistas nunca iriam às cidades pequenas, a não ser por intermédio do cinema. O mesmo ocorre no caso de um grande professor. Ele não pode ir fisicamente, pessoalmente, a todas as cidades, mas sua aula pode ser levada a qualquer lugar, inclusive, a própria casa do aluno, por meio dos modernos sistemas que temos.

Dizem ainda alguns que essa prática diminui a qualidade do ensino. Primeiro, volto a insistir, por pior que seja o curso a distância, se ele chegar a um aluno de um local distante de qualquer faculdade e impedir que esse aluno esteja numa mesa de bar bebendo, já vale a pena. Além disso, pela experiência que tenho, as aulas feitas a distância são melhor preparadas pelo professor do que as aulas presenciais.

Toda semana, leciono numa universidade. Às vezes, preparam a aula indo para a sala. Mas, quando dei aula a distância, levei um dia inteiro para prepará-la. É claro que a aula sai melhor, desde que se leve a sério o uso do instrumento.

O Brasil precisa enfrentar esse desafio.

Lamento, Senador Tuma, que haja tanta resistência, inclusive por parte das autoridades, ao ensino a distância. Resistências que, não temo em dizer, em parte, vêm do medo de distribuir o conhecimento com os

outros, desse desejo de guardar o conhecimento para si, porque, se distribui para todos, fica difícil entrar no time superior do conhecimento. Da mesma forma que é difícil entrar no time superior do futebol, porque a bola é redonda para todos, porque há bola em todo canto. Todo menino começa a jogar aos 4 anos e joga até a idade que quer. Aí, todos concorrem com todos. Este é o desafio: a tecnologia da distância e presencial.

Outro desafio são 2 compromissos do ensino superior. O primeiro, com a nova economia que está surgindo, do conhecimento. Daqui para a frente, o que dará valor às coisas não será mais a matéria-prima, não será mais a quantidade de trabalho, como aprendi em meu curso de Economia. Daqui para a frente, o que vai dar valor às coisas é a quantidade de inteligência que aquele produto tem.

Este microfone não vale pelo ferro que tem nem porque foi feito por um operário. O dinheiro que pagamos por este microfone vai para quem inventou o desenho dele, para quem inventou os sistemas eletrônicos que estão aqui dentro. Isso vale para tudo.

Quando compramos um remédio, o que pagamos não vai para a farmácia, não vai para o laboratório que o produz. Vai para o laboratório que inventou a fórmula. Quando vamos ao médico e pensamos que ele está cobrando alto, não percebemos que parte do que ele ganha hoje, em certas especialidades, serve para pagar o equipamento que ele comprou. O valor que pagamos pelos sistemas de tomografia computadorizada e de ressonância magnética, o valor que pagamos pelos equipamentos que os cardiologistas usam, tudo isso vai para o exterior. Mesmo quando o produto é fabricado aqui, é apenas montado. Todo desenho, toda inteligência que há ali dentro é importada.

Os senhores têm de ajudar o Brasil a produzir a economia do conhecimento, na qual o País ainda não entrou. Por incrível que pareça, resiste em entrar.

Vejo que o Governo quer sair dessa crise que se iniciou em 2008, colocando mais dinheiro nos bancos para vender mais automóvel, produto da tecnologia do século XX. Automóvel não é produto da tecnologia do século XXI, mas do século passado. Do ponto de vista de transporte, automóvel virou carruagem. Pior ainda: hoje, em São Paulo, levamos mais tempo para ir de um lugar a outro de carro do que se fôssemos de carruagem, transporte de 50 anos atrás.

Temos de inventar novos sistemas de transporte público, e eles vão sair da inteligência. Serão gastos bilhões para tirar petróleo do fundo do mar. Esse petróleo vai acabar. Não sou contrário à retirada do petróleo, mas sim à ilusão de que isso vai mudar o Brasil. Não vai mudar, como não mudou o açúcar, como não mudou o café, como não mudou a borracha. Se, em

vez do pré-sal, investíssemos na pré-escola, o Brasil mudaria, porque a pré-escola é a PETROBRAS do conhecimento. É nela que tiraremos toda a energia existente no cérebro das crianças. Energia que não se desenvolve naturalmente. Nasce naturalmente, mas, depois de certa idade, só se desenvolve a partir de uma pré-escola boa, de um ensino fundamental, de um ensino médio e de um ensino superior, para chegar nos grandes centros de ciência e tecnologia.

Os senhores têm o desafio de ajudar o Brasil a entrar na sociedade do conhecimento, transformando-o em um país celeiro de inteligência, o que não ocorre hoje. Não temos um Prêmio Nobel. Temos a metade de todos os craques de futebol do mundo, mas não temos um Prêmio Nobel. Futebol todos jogam, e alguns são bons. Educação poucos jogam, e esses poucos não precisam estudar muito.

O Brasil não dá educação aos pobres. Por isso, os ricos não precisam estudar muito. Quem fala inglês já é poliglota, quem sabe regra de 3 já se considera matemático, porque os outros não sabem o que é regra de três e não sabem sequer falar português.

Os senhores têm de ajudar a criar no Brasil uma economia do conhecimento. Vem, então, um outro desafio, que é também parte disso. Não vamos ter uma sociedade do conhecimento enquanto não tivermos uma excelente escola pública, gratuita, de qualidade para todos e uma escola particular, de educação de base, acessível a todos. Não sou contra a escola particular. Mas o Estado tem de pagar para que a criança estude na escola particular, quando não houver escola pública ou quando os pais preferirem a escola particular.

O importante não é quem é o dono. O importante é se o produto serve ao público ou ao interesse privado. E isso vale ainda mais para as faculdades. Uma faculdade que forma um profissional para si própria pode ser até estatal, mas é de interesse privado. Uma faculdade que forma um profissional para o Brasil pode até ter um dono particular, mas seu produto é público. Temos de mudar o conceito de "estatal ou particular" para "de interesse público ou de interesse privado". O que importa é o produto.

Muita gente critica a UnB, dizendo que seu estacionamento está cheio de carros, porque ali só estudam pessoas ricas. Por isso, é uma universidade elitista. Para mim, o elitismo da UnB não está no número de carros no estacionamento, mas no vazio dos cérebros dos alunos que saem de lá, ou da especialização dos alunos que saem de lá para servir apenas a si próprios e não para exercer uma especialidade que sirva ao Brasil. E aí entra o trabalho dos senhores. Mas precisarão do apoio do Governo, como vou dizer.

A grande revolução para que o Brasil se transforme numa economia do conhecimento é ter nossas faculdades formando um número cada vez maior de professores competentes para a educação de base. A base da fábrica de conhecimento está na educação de base, não na universidade. A universidade já não é a fábrica. A universidade já é o depósito onde se coloca a inteligência. Depósito no bom sentido – o depósito de uma fábrica.

A base está na base. E a base sai dos professores formados nas faculdades. Lamentavelmente, as faculdades estatais produzem cada vez menos professores. Talvez esse seja o papel a ser preenchido pelas faculdades particulares. Mas, se é um bem público, se é um serviço público, que vai ser produzido ao formar médicos para a saúde pública, ao formar professores, eles têm de estudar de graça. Defendo que quem quiser ser professor neste País possa estudar em universidade particular ou pública sem ter de pagar. Defendo que o Governo pague as faculdades particulares para formar professores.

Não faz sentido esperar que as universidades estatais formem professores. Elas não vão conseguir formar o número que precisamos. Também não faz sentido um aluno que queira ser professor ter de pagar para estudar. A solução é uma espécie de PROUNI, sem necessidade de preocupações raciais ou sociais, mas com o radical compromisso com o tipo de profissional que vai surgir. Primeiro, deve ter qualidade; segundo, precisa colaborar com a sociedade e com a economia do conhecimento.

Claro que não são só os professores! Os que querem estudar na área de eletrônica, na área da Matemática, sobretudo, para fins de informática, não podem ser obrigados a tirar o dinheiro do bolso para pagar; nem os senhores poderão manter as faculdades sem que haja pagamento. O Estado tem de pagar. Tem de haver uma cooperação mútua entre Estado e setor particular, para que este ofereça os serviços, obtenha seus lucros e pague para obter o resultado dos serviços. Mas, para isso, tem de haver, sim, um compromisso com licenciaturas, um compromisso com pedagogia, um compromisso com a área social da Medicina.

Sr. Presidente, desculpe-me por estar falando demais, mas não é todo dia que tenho esta oportunidade.

Concluo dizendo que só vamos conseguir isso, a meu ver, quando tivermos uma revolução de mentalidade no Brasil e quando sairmos dessa ideia do desenvolvimento econômico do socialismo e do capitalismo para a ideia do “educacionismo”.

A riqueza está na educação. A riqueza está no conhecimento. A riqueza não está na economia. A ri-

queza não está nem mesmo na propriedade. Daqui para a frente, o grande desafio para uma sociedade justa não é tomar o capital do capitalista e dar para o trabalhador, como propunha o socialismo. Daqui para a frente, a justiça está em pegar o filho do trabalhador e colocá-lo na mesma escola do filho do seu patrão. O talento e a persistência é que vão decidir quem vai subir mais e quem vai subir menos. Mas ninguém ficará de fora.

É o acesso à educação de qualidade em condições iguais para todos, independentemente da renda da família ou da cidade onde mora, que vai fazer com que este País entre de fato na economia do conhecimento como um todo e as pessoas tenham condições de quebrar a brutal desigualdade que existe hoje.

Tenho chamado isso de “educacionismo”. Acredito que cada um dos senhores, mesmo sem ter ouvido esse termo, provavelmente já é um “educacionista”, porque, no dia a dia do seu trabalho, já buscam produzir, cada vez mais, conhecimento no País. Gostaria que houvesse um “educacionismo” militante, que cada um dos senhores se transformasse, como seres políticos que são, nos defensores dessa revolução de que o Brasil precisa na educação de base. Os senhores fizeram a revolução e estão evoluindo. Agora, precisam ajudar a fazer a revolução na educação de base, que, de certa maneira, vem evoluindo, mas muito devagar.

Era isso, Sr. Presidente, que tinha a dizer. Mas há um pedido de aparte. Não esqueci.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Um aparte ao Senador Augusto Botelho, que está na expectativa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É um aparte do Senador Augusto Botelho, que gostaria muito de incorporar ao meu discurso. (*Palmas.*)

O Sr. Augusto Botelho (PT – RR) – Senador Cristovam Buarque, peço um aparte para homenagear os representantes do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo e também para afirmar que o discurso que V.Ex^a faz é o mesmo que eles fazem cotidianamente, no sentido de lutar por uma educação de qualidade e de acesso universal a todos. Esse pensamento, felizmente, já é comum em todos os Senadores desta Casa.

Os senhores podem ter certeza de que nós achamos que o ensino privado e o ensino público são a mesma coisa, têm os mesmos direitos. Confiamos e acreditamos na responsabilidade dos senhores na formação dessa riqueza intelectual, pela qual o Senador Cristovam Buarque tanto luta, de que tanto precisamos neste País. É a mercadoria mais valiosa do terceiro milênio.

Meus parabéns a todos os representantes do Sindicato. Todo dia o Senador Cristovam nos diz o que está dizendo aqui. E todos nós já pensamos igual a S.Ex^a, em relação a esse tema.

Muito obrigado, Senador, por esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –

Agradeço ao Senador Augusto Botelho. Quero dizer que não combinei com ele essa fala. É fruto da generosidade que S.Ex^a sempre tem com seus colegas – comigo especialmente.

Inspirado na frase do Senador de que os direitos são iguais entre o setor público e o setor particular, concluo dizendo que, para mim, o que faz um ensino ser de interesse público não é a propriedade dos equipamentos, não é a relação trabalhista entre o dono e os trabalhadores – no caso, os professores. O que faz uma instituição ser pública é o produto que sair dali ser de interesse público e, também, o acesso para ali entrar não depender da renda da família.

A única maneira de resolver essa questão é colocar o Estado para financiar não apenas as instituições de propriedade privada nos equipamentos e nas relações trabalhistas, não apenas aquelas instituições estatais com professores servidores públicos, mas também as instituições particulares, desde que seu produto tenha qualidade e seja comprometido com os interesses nacionais.

Se o profissional serve apenas ao seu interesse, não se deve pagar o produto nem oferecê-lo gratuitamente – nem nas particulares nem nas estatais. Temos de selecionar os que são necessários ao País, para servir a ele. Esses têm de estudar de graça. O Estado deve pagar o seu estudo nas instituições particulares. Quanto aos outros, o Estado não pagaria o estudo nem nas particulares nem nas estatais. Aí podemos usar o conceito de público. Senão só podemos usar o conceito de estatal. E nem tudo que é estatal é público. E nem tudo que é particular é privado.

Gosto de citar o exemplo do BRADESCO, que mantém 56 escolas de propriedade do banco, com relações privadas dentro das escolas. Mas são escolas absolutamente públicas. Os meninos e meninas saem dali muito bem formados e não pagam para estudar, porque o banco tem dinheiro para cobrir as despesas. O Estado tem de fazer esse trabalho, exigindo qualidade e definindo as linhas prioritárias.

Sr. Presidente, agradeço-lhe a iniciativa de realização desta solenidade. Espero que, daqui há 30 anos, quando muitos de nós não estaremos aqui, a história seja contada: que os senhores foram revolucionários, fizeram a revolução que o Brasil viveu nas últimas décadas do século XX. Mas como estou falando no que

vai ocorrer daqui a 30 anos, espero que possam dizer que os senhores fizeram a outra revolução também, a revolução na educação de base deste País; que participaram da revolução educacionista e fizeram com que o Brasil não fosse apenas um país industrial, mas um país produtor de conhecimento, essa grande ferramenta do futuro.

Muito obrigado pelo trabalho que têm feito pelo País. Contem comigo e com os Senadores Augusto Botelho e Romeu Tuma para defender tudo aquilo que forem fazer a serviço do Brasil. Vejam que eu não me referi aos interesses dos senhores, mas ao que será feito para servir ao Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senador Cristovam, eu concordo com o Senador Augusto Botelho. Na verdade, a liderança de V.Ex^a na área de educação é respeitada por toda a Casa e é do conhecimento do povo brasileiro.

Quero homenageá-lo, convidando-o a assumir a Presidência a partir de agora. A sua figura é tão importante na área da educação que eu ficarei babando ao vê-lo na direção da Mesa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr.

Presidente, fico muito feliz com o seu convite, gostaria de estar nesta foto, mas eu tenho uma razão muito forte para não aceitá-lo. Daqui a pouco terei de ir a um almoço na Universidade de Brasília, onde eu dou aula toda semana. O meu compromisso de professor vai me forçar a sair daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Mas fique alguns minutos aqui para eu me sentir feliz.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr.
Presidente, eu estou feliz com V. Ex^a aí. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Passo a palavra ao ilustre Deputado Jorginho Maluly (*palmas*), na pessoa de quem presto homenagem ao senhor seu pai, Dr. Jorge Maluly, que foi um grande líder político. Militou na Câmara dos Deputados por várias mandatos, foi Prefeito de Araçatuba. O seu filho dá continuidade ao trabalho por ele iniciado. Um abraço ao senhor seu pai e as nossas homenagens.

Com a palavra o Senador Jorginho Maluly. Seu pai é médico, não é?

O SR. JORGINHO MALULY (DEM – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É.

Sr. Presidente Romeu Tuma, oxalá suas palavras – V.Ex^a me chama de Senador – me tragam a esta Casa no futuro político. Isso me daria muito orgulho e enriqueceria o meu currículo.

Na pessoa de V.Ex^a, saúdo todos os Srs. Senadores. V.Ex^a é um amigo de velha jornada da minha

família – do meu pai, dos meus avós. Ao ouvir o seu depoimento, também passou um filme pela minha cabeça. Logo, logo vou fazer um paralelo com o seu discurso.

Quero saudar os mantenedores presentes, em nome do Presidente do SEMESP, Prof. Hermes Ferreira Figueiredo. Parabenizo toda a diretoria, na pessoa do Sr. Rodrigo Capelato, e toda a equipe, que faz um belo trabalho.

Depois de uma aula de quase uma hora com um dos maiores especialistas de educação deste País, o Senador Cristovam Buarque, indagamos: se não existisse o SEMESP, qual seria o quadro? Sei o que os senhores fizeram nesses 30 anos.

Quero parabenizar o Senador Cristovam Buarque, que é um marco no Senado Federal e na política brasileira. S.Ex^a é um dos homens mais respeitados do País na área de conhecimento, não pelo que fala, mas principalmente pelo que faz. É um orgulho para mim, um jovem político – estou no primeiro mandato de Deputado Federal -, poder compartilhar dessa aula de doutorado e mestrado que S.Ex^a nos deu esta manhã.

Saudo o Sr. Jorge, que é de São José do Rio Preto, mas está aqui representando os mantenedores de Goiás.

Saudo as mulheres presentes, na pessoa das 2 irmãs Silvia e Lúcia Teixeira, que são da minha querida cidade de Santos, onde passei bons momentos da minha infância; onde aprendi a andar de bicicleta, na Praia do José Menino, no Posto 3 ou 4, se não me engano. Na pessoa delas, saúdo as mulheres da área da educação neste País.

Saudo as freiras que estão aqui. Não sei o nome delas. Elas me fazem lembrar dos primeiros anos no Colégio dos Santos Anjos, em São Paulo, na Avenida Aratás, esquina com a Avenida Ceci. A minha professora chamava-se Irmã Ione. Aprendi com ela todos os meus conceitos e valores morais, religiosos e familiares, nos primeiros dias de escola da minha vida.

Saudo os velhos amigos e queridos companheiros de jornada – meus e de meu pai, que foi, modéstia à parte, um dos grandes defensores do setor, na condição de Deputado Federal por 6 mandatos, Deputado Estadual por 3 mandatos e Prefeito por 3 vezes. Foram 12 mandatos consecutivos, que terminaram no final do ano passado.

Não posso deixar de saudar o Prof. Gabriel; o Veronésio – não sei se ainda está presente; o Paulo Cardim, que eu não vi; o grande e querido Abib Cury; o querido César Casseb e o seu irmão Luís Carlos – o popular Pinóquio -, que não está aqui; o César, que veio de Lavínia, uma cidade pequenininha do interior de São Paulo. O seu saudoso pai teria orgulho deste

momento, César. Eu vi o seu trabalho, por intermédio do meu pai, na década de 70, se não me falha a memória, juntamente com a família Atique, também de Rio Preto, que não está mais conosco. Não sei se está na mão do Andracy ou do filho. Mas foram os avós que começaram tudo.

Em nome dos senhores e das senhoras, saúdo todos aqueles cujos nomes já foram mencionados pelo protocolo.

Saudo o Deputado Picler, nosso companheiro.

Saudo a Prefeita de Santa Cruz do Rio Pardo, Sra. Maura, que nos prestigia. As Prefeituras têm papel importante nesse processo educacional.

Enfim, saúdo todos aqueles que assistem a esta sessão.

Senador Romeu Tuma, sempre que eu participo de uma solenidade como esta – sessão solene em homenagem a um segmento – ou de alguma sessão para comemorar o aniversário de uma cidade, de uma mantenedora, tenho o costume de, primeiro, agradecer a Deus pelo dom da vida, por permitir que eu participe deste momento histórico para o Senado Federal, para o Congresso Nacional e para o Estado de São Paulo, do qual sou representante.

Num segundo momento, nunca podemos esquecer-nos de quem começou tudo. Faço uma homenagem a 3 pioneiros do setor. Dois deles não estão mais conosco; um está – inclusive, está representado aqui por suas filhas.

Homenageio os saudosos Eufrásio Toledo – hoje o seu bisneto, Bruno Toledo, cuida da Faculdade de Direito em Araçatuba, da UNITOLEDÓ – e o Sr. Electro Bonini. Então, na pessoa desses dois, que já não estão neste plano, saudamos todos aqueles que dedicaram a sua vida a essa causa.

E, na pessoa do Sr. Milton Teixeira, pai dessas senhoras presentes, que vive em Santos, saúdo aqueles que estão vivos, dedicaram-se à educação e passaram, no DNA, o amor a essa causa.

Sr. Presidente, vou falar sobre a minha origem política. Comecei como Vereador em Miranópolis, na região de Araçatuba. Fui Presidente da Câmara da minha cidade. Na época, fui o único Vereador a votar no estatuto municipal do professor. Eu era Vereador de oposição, e o Prefeito não queria que ele fosse aprovado.

Desde o primeiro momento em que eu tomei posse num cargo público, mostrei que a educação seria uma das causas da minha dedicação no exercício de qualquer responsabilidade que Deus designasse para mim. Percorrendo esse caminho, eu cheguei à Prefeitura do meu Município. Fui reeleito sem adversários com 85% dos votos da cidade. Dentre as mi-

nhas bandeiras, o que me levou a essa vitória, a essa consolidação da minha força, sem dúvida, foi o que eu fiz na área de educação em meu município. Tanto na municipalização, quando o Estado, da noite para o dia, entregou para as prefeituras: "A partir de hoje, vocês se virem." Nem o ventilador, num lugar que faz 40 graus no verão, dentro da sala, o Estado deixou para a prefeitura. Professores com medo, porque eram do Estado, passariam para a gestão do município. Foi um momento de transição delicado, e conseguimos vencer tudo isso e deixar escolas de qualidade em todos os pontos, inclusive na zona rural, com 6 alunos, em alguns casos, para não fechar escola.

Entendo que escola é um local que deve ser preservado e cultivado como se fosse um templo. Em alguns lugares há um templo onde as pessoas vão orar; para mim, a escola é esse templo onde fazemos acontecer a diferença num mundo melhor para todos nós, não pelo espiritualismo, mas por ações concretas.

Nesse caminho em defesa da educação, quando fui eleito Deputado Federal, em primeira lugar pedi ao meu partido, pois que não abria mão de fazer parte de 2 Comissões na Casa: Comissão de Educação e Comissão de Ciências e Tecnologia. Por quê? Porque na Comissão de Ciência e Tecnologia poderia apoiar o que entendo que vai, Senador Cristovam, num dos caminhos para se chegar a esse nosso sonho, que é o apoio à pesquisa, o apoio ao desenvolvimento de tecnologia, que é a grande diferença. Os Estados Unidos são uma potência hoje, assim como o Japão e a Alemanha, porque têm conhecimento e têm tecnologia.

Estamos vivendo um momento trágico. Todos estamos comovidos com esse acidente aéreo da Air France. Ainda hoje, ouvi uma entrevista do professor que desenvolveu o sistema de orientação automática do Airbus A-330, do MIT, o Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Em inglês, concedeu entrevista sobre a forma como funciona esse sistema.

Já foi dito aqui, mas é bom repetir sempre com bastante clareza, o que os senhores representam no Brasil, em São Paulo: 4,8 milhões de alunos; 75% de todos os alunos no Brasil; quase 17 mil cursos oferecidos pelas particulares em todo o Brasil; 2,5 milhões de vagas oferecidas pelas privadas no País; 1% de participação no Produto Interno Bruto, num total de 26 bilhões de reais. Em São Paulo, especificamente, temos 1,4 milhões de alunos, que representam 86% das vagas disponíveis no mercado.

É unânime. Todo candidato a qualquer cargo coloca em seus planos algumas ações prioritárias e a educação. Todos, seja Prefeito, Governador ou Presidente. Educação, sempre digo, não significa ensinar que $2 + 2$ são 4; significa educar a pessoa como cida-

dão, como formador de um brasileiro preparado para suas responsabilidades.

Minha tristeza, Senador Cristovam, quando Prefeito – sou de um município onde há 3 presídios -, era ver claramente algumas crianças que, por descaso, fosse de quem fosse, até nosso, não teriam a oportunidade que meu filho ou que outro garoto teria de alcançar sucesso diferenciado na sua vida.

Eu participava ativamente de tudo o que acontecia em termos de escolas no município. Todo mundo fala em cocaína e heroína, mas discordo, porque a droga pior ainda é o álcool, pois que qualquer garoto tem acesso, em qualquer esquina. Víamos claramente, senhoras e senhores, os trabalhos dos alunos já com tendência à violência, a mágoa e a dor que transferiam para a sociedade. Eu dizia: "Tenho de fazer a diferença."

De alguma maneira, essa escola municipal, como V. Ex^a disse, Senador, a porta de entrada do aluno, desde a creche, desde a pré-escola, tem de ser diferente. Se resgatarmos 1 aluno, 1 menino para não cair na FEBEM com 14 ou com 15 anos, estaremos fazendo a nossa parte.

Fiz parte da CPI do Sistema Carcerário. Visitamos o Brasil inteiro, mais de 60 unidades prisionais, Sr. Presidente. Para nossa tristeza, a grande maioria são jovens sem conhecimento.

Esse é o desafio, sim, que temos pela frente. Os senhores já fizeram muito. Imaginem o aluno do interior – de Araçatuba, de Biringui, de Santa Cruz, de Ourinhos, de Platina, de Tarumã -, de cidades pequenas, que dificilmente vai ter uma UNESP, uma federal em suas proximidades; que não tem dinheiro para se mudar e morar fora da cidade. Onde ele iria estudar se não fosse a oportunidade que as privadas têm oferecido por este Brasil afora?

Temos de mudar. Aqui falo, neste momento, na qualidade de Vice-Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior e Relator do projeto de reforma universitária do Brasil – tive a honra de ser designado pelo Deputado Lelo Coimbra. Temos de vencer esse desafio de mudar a ideia de confronto entre as públicas e as privadas. Eses segmentos não têm de entrar em guerra, têm de andar de mãos dadas. Claro que todos sonhamos com uma escola gratuita para os nossos alunos, mas essa transição é longa e demorada. Não podemos abrir mão dos serviços que V.Exas. prestam e da oportunidade que os oferecem pelo Brasil afora.

Por último, para não me alongar muito, porque já estamos próximos do horário do almoço, digo do meu costume, quando participo de uma cerimônia como esta: de agradecer a Deus por resgatar aqueles que nos abriram as portas para chegar até este momento.

Assumimos um compromisso de, na medida do possível, com toda humildade, ser o interlocutor desse processo de transição, de acomodação, de pacificação entre as autoridades da educação e o setor privado, para produzir, se Deus quiser, até o final do ano, um relatório que possa, senão ser o ideal, pelo menos, o possível, para que tenhamos um regramento mais claro, mais transparente das regras do jogo, a fim de que todos saibamos do nosso papel.

No mais, agradeço por esta oportunidade ao Congresso, ao Democratas.

Desejo a todos um bom retorno, coragem e determinação, para que, juntos, possamos, de mãos dadas, realmente, transformar o Brasil no País dos sonhos de todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Muito obrigado, Deputado. Concedo a palavra ao nobre Deputado Paes Landim, pela Liderança do PTB na Câmara dos Deputados.

O SR. PAES LANDIM (PTB – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; meus caros colegas Deputados Federais; eminentes Senador Cristovam Buarque, ex-Ministro da Educação, ex-Reitor da Universidade de Brasília, de cujo corpo docente tive a honra também de ter participado; Srs. Reitores; Sr. Prof. Hermes, Presidente do SEMESP; minhas senhoras e meus senhores; caro Senador Romeu Tuma, que preside esta solenidade.

Encontrava-me numa reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e de lá vim diretamente para esta solenidade. Não poderia deixar de prestar minha homenagem ao SEMESP, que tem a função de representar as entidades mantenedoras do ensino superior particular em São Paulo, que tanto têm contribuído para o desenvolvimento do ensino superior em nosso País.

Não podemos nos esquecer, ao falar a uma entidade que representa o setor particular do ensino, que tanto defendi na Constituição a pluralidade da educação nacional, a própria liberdade de criação e de inovação educacional. Quem primeiro começou a educar no Brasil foram as entidades particulares, porquanto foram os jesuítas os primeiros educadores do Brasil. Eles conseguiram inclusive manter a unidade do grande território descoberto pelos portugueses por meio da educação dos indígenas. Conhecemos de sobra os sacrifícios dos primeiros grandes jesuítas do mundo, que foram Anchieta e Nóbrega, que chegaram a trabalhar diretamente com o fundador da Companhia, Santo Ignácio de Loyola.

De tal maneira foi a fortaleza e o ensino deste País comandado pelos jesuítas, que o poder educacional

deles chegou a afrontar o Estado português pela sua força e influência em toda a sociedade colonial, que o Marquês de Pombal cometeu o grave erro de expulsar os jesuítas do Brasil, criando um grande vazio na nossa estrutura educacional e atrasando o ensino brasileiro em quase meio século.

Foi só após a morte de Pombal, da sua queda, do domínio político português, que conseguimos novamente renascer o bom ensino particular no Brasil, mas por meio do ensino católico, como do famoso seminário da terra do Senador Cristovam Buarque e de Azeredo Coutinho, que formou e forjou toda a elite brasileira responsável pela causa da independência. Depois, na sucessão desses líderes, forjaram-se a Abolição e a República, um grande contributo do ensino particular na história da formação brasileira.

Agora, em boa hora – e o Ministro Cristovam Buarque quando na Educação se preocupou com esse fator da qualificação do ensino em todos os seus níveis – se exige, cada vez mais, qualificação e seriedade por parte das escolas do ensino particular, é justo que a elas também sejam dadas condições de manutenção, de bons laboratórios, de bons professores, de bons locais de pesquisa.

Nesse sentido, o próprio Governo atrapalha o desenvolvimento dessas entidades, com o congelamento das suas mensalidades. Ou não só isso, pior: quando a legislação permite certa pedagogia do calote com pessoas sobejamente com poder aquisitivo, delas próprias ou da família, que não pagam as mensalidades, ou demoram a pagá-las, e ficam as entidades impedidas de fazer a sua necessária cobrança, por força de dispositivo anacrônico que não conseguimos ainda revogar na Câmara dos Deputados.

É bem verdade, justiça se faça, que o Governo, por meio de outros mecanismos institucionais, como PROUNI ou FIES, tem procurado amenizar esse quadro. O certo é que o ensino particular sofre, por parte de uma legislação inadequada, limitação muito grande da sua capacidade de agir. Essa luta, a Casa, o Congresso, não poderia abrir mão, a fim de levar a uma legislação mais racionalizadora, que possa contribuir para que as escolas particulares em todos os níveis, em todas as religiões, etc., possam investir mais na qualidade do seu alunado, na qualidade dos seus professores, na criação de novos laboratórios, em novos centros de excelência em pesquisa.

Na reunião de hoje do CDES, eminentes Senador Cristovam Buarque, um dos temas em pauta, que será objeto de uma exposição à tarde do Ministro Fernando Haddad, foi a desigualdade na escolarização do Brasil, com um relatório bem posto, quando enfatiza a deficiência na formação de professores no Brasil,

professores que vão dar seu contributo, sobretudo no ensino fundamental, no ensino técnico, a partir do ensino infantil.

Essa me parece uma grande contribuição que as escolas particulares poderiam dar ao País e à sociedade, que é o investimento no ensino da formação pedagógica. Essa formação é um dos nós gordios da educação brasileira, em que professores mal preparados e mal motivados do setor público com seus salários defasados realmente não ajudam a dar um contributo importante ao ensino mais importante da formação do cidadão, que é a partir do seu ensino básico, do seu ensino fundamental.

O SEMESP tem uma história importante na educação brasileira e merece todo o apoio do Congresso Nacional. É justa esta homenagem, portanto.

Tive oportunidade de conhecer o SEMESP quando da gestão do velho amigo Prof. Gabriel Rodrigues, um apaixonado pela educação. São poucas as vezes que vou à Universidade Anhembi Morumbi visitá-lo, ali perto do aeroporto de Congonhas, mas quando vou a São Paulo tento dar uma passada em seu gabinete e vejo-o sempre com revistas e livros internacionais sobre educação, preocupado com a qualidade de ensino e em dar nome à altura da Universidade Anhembi Morumbi. Educador qualificado, durante muitos anos presidiu o SEMESP e hoje é bem sucedido pelo Prof. Hermes Ferreira.

Quero dizer que o SEMESP nasceu num momento interessante do Brasil, em 1979, quando se iniciava um processo forte de abertura política no País, e a independência sindical começou a se fazer presente nos estertores do regime autoritário.

Não posso deixar de lembrar, Senador Cristovam Buarque, um fato relatado pelo Senador Petrônio Portella, então Ministro de Justiça, de quem eu era muito amigo. Contou-me sobre um episódio logo no primeiro mês de assunção do Ministério da Justiça, no Governo do Presidente autoritário João Figueiredo – mas que preparou o País para a abertura de certa maneira. Petrônio foi responsável pela Lei de Anistia, que proporcionou a volta dos exilados políticos, do nosso saudoso Darcy Ribeiro, por exemplo. Contou-me, então, que o primeiro teste para ver se o Presidente Figueiredo estava interessado na abertura política foi quando a sua secretaria chegou e disse: "Sr. Ministro, está ao telefone o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo dos Campos, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva." E o Ministro disse: "Vou atendê-lo." Imediatamente: "Pois não, Sr. Presidente do Sindicato." E ele disse: "Sr. Ministro, a Câmara Municipal de Porto Alegre foi dar posse a um Vereador que tinha sido cassado pela Revolução de 1964,

tendo sido suspenso e agora eleito Vereador, mas o comandante do Exército, General Antônio Bandeira," – salvo engano, era Antônio Bandeira Comandante do 3º Exército do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – "não quer deixar a Câmara dar posse a esse Vereador. Isso é absurdo. Se o AI-5 está extinto, não há por que uma medida dessa natureza." O Senador Petrônio Portella, imediatamente, antes que o SNI fizesse intriga com o Presidente Figueiredo, pegou o telefone vermelho do Ministério, que o ligava ao Palácio, e disse: "Presidente Figueiredo, acabei de receber um telefonema do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo dos Campos." E relatou a conversa. Petrônio espantou-se com a pergunta do Presidente Figueiredo: "O que o senhor me aconselha a fazer?" E disse: "O senhor liga para o General Bandeira" – salvo engano, era General Bandeira, repito, posso estar enganado neste momento, mas se tratava do Comandante do 3º Exército – "e manda cumprir a decisão da Justiça, que é dar posse ao Vereador em Porto Alegre." Imediatamente assim foi feito.

Esse teste serviu para dar forças a Petrônio Portella, para que ampliasse o seu projeto de anistia, todo o seu projeto de abertura. Aí começou no País um grande movimento sindicalista, com independência e coragem.

O SEMESP faz parte dessa história porque foi exatamente no Governo que assumiu no dia 15 de março de 1979 – 2 meses depois era criado o SEMESP. Isso mostra realmente essa coincidência muito importante da abertura democrática no País com a criação do SEMESP.

Trata-se de um fato importante que não pode deixar de ser registrado neste momento em que estamos aqui no Congresso Nacional, nesta sessão conjunta, para homenagear uma entidade que é a mais vigorosa e a mais importante entidade particular do ensino brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Muito obrigado, Deputado Paes Landim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Passo a palavra ao ilustre Deputado Wilson Picler.

O SR. WILSON PICLER (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador Romeu Tuma, Presidente da Mesa Diretora; Exmº Sr. Hermes Ferreira Figueiredo, Presidente do SEMESP; demais presentes no Congresso; Exmº Sr. Senador, nosso amigo da educação, Cristovam Buarque – meu amigo.

É um prazer estar aqui hoje na condição de Parlamentar. Tive oportunidade de fazer minha campanha

junto com o Senador Cristovam Buarque para Presidente da República.

Quero dizer, Senador, que aquela candidatura de V.Ex^a à Presidência da República, falando apenas de educação, foi um marco na história deste País e mudou a concepção de muitos dirigentes desta Nação.

Tenho visto emissoras de televisão falar de educação de forma diferente, priorizar a educação. Tenho visto campanhas na *Rede Globo* dizendo: votem em Parlamentares compromissados com a educação. Isso não existia antes da campanha de V.Ex^a à Presidência da República. V.Ex^a tem realmente trazido à luz, numa discussão pública ampla, a importância da educação e a possibilidade de transformar este País em uma grande potência, não só energética, não só em recursos naturais, como também uma potência tecnológica, em termos industriais, um País que realmente possa fazer parte das grandes nações do mundo.

Quero aqui não só homenagear a SEMESP, como um Parlamentar que infelizmente já não está entre nós, citado pelo nobre Parlamentar que me antecedeu: o Senador Darcy Ribeiro.

Toda essa explosão da oferta de ensino superior modificou as estatísticas deste País. No Governo FHC, tínhamos 4,5% de jovens em idade universitária fazendo curso superior. Muito pouco, comparado a outros países da América Latina, que já estão no patamar de 30%, e a grandes potências, que ultrapassam os 50%. Imaginem o tamanho do atraso do Brasil na década de 90: 4,5%.

A nova LDB introduziu um artigo simples – talvez quando foi criado ninguém imaginou quanto benefício poderia trazer -, que permitiu que empresas privadas mercantis, comerciais, até industriais, sem fins lucrativos – assim chamadas – pudessem se transformar em mantenedoras da educação superior e atrair capital privado para ser investido em educação. Uma coisa absolutamente nobre. Foi esse artigo que permitiu que bilhões de reais fossem investidos na educação superior e explodisse a oferta da educação superior privada. Então, a nossa homenagem a Darcy Ribeiro, um dos tutores da LDB.

Ao término do Governo FHC, estávamos com 9%, com todas essas faculdades, universidades e centros universitários criados. Assumiu, então, o Governo Lula, que priorizou a criação de novas universidades, ampliou a oferta, criou escolas técnicas. Fez um grande trabalho. Está fazendo um grande trabalho. Temos que reconhecer que o Governo Lula está sendo bom para o País. Sou do PDT, sou da base do Governo. Não falo isso porque tenho compromisso partidário. Falo isso de coração. Este Governo tem realmente investido em

educação, tem priorizado principalmente as escolas técnicas, que são importantes.

No entanto, estamos hoje estagnados em 12% e não estamos conseguindo sair, Senador Cristovam Buarque. Estamos patinando! Estamos patinando! Temos que atender até 2010, ano que vem, no Plano Nacional de Educação, 30% de jovens na educação superior. Já é sabido que não vamos atingir esse patamar. Agora, na Comissão de Educação da Câmara, já estamos convocando reuniões para elaborar um novo Plano Nacional de Educação. Vamos ter que debater isso tudo. Por que não saímos dos 12%?

Faço aqui um convite, Senador Cristovam Buarque, a V. Ex^a, que é a nossa grande autoridade na área de educação, para que V. Ex^a, embora não esteja solicitando o aparte, explique por que não vamos sair dos 12%, dentro daquela sua teoria da falta do investimento em outro segmento, que não a educação superior. Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Romeu Tuma, o Deputado Wilson Picler criou uma nova situação no nosso Regimento: o aparte oferecido. (*Risos.*) Mas eu estava louco para pedir esse aparte, até porque ele me ajuda a pedir desculpas, já porque eu estava fazendo um bilhete para o Deputado, porque vou ter que sair. Estou muito atrasado para esse encontro. Mas estava aqui realmente me coçando, respondendo na minha cabeça. Não vamos aumentar o número de alunos na universidade enquanto não aumentarmos o número de alunos que terminam o 2º grau com razoável qualidade educacional. Se eu fosse dono de universidade, se fosse dirigente de uma mantenedora, iria investir tudo que pudesse politicamente, porque dinheiro não vai dar, para que este País consiga que todo mundo termine o 2º grau com qualidade suficiente para entrar na universidade. Até porque entrar sem qualidade é um custo adicional. A UnB criou agora algo que nunca houve. O Curso de Engenharia tem uma disciplina chamada pré-cálculo, porque o aluno que chega do 2º grau não tem condições de começar o curso de cálculo diferencial integral. Então, isso está se repetindo em muitas faculdades. Vocês devem saber disso. Isso puxa a qualidade para baixo e levanta os custos para cima. Vocês têm que fazer um esforço. Vocês têm que ser a vanguarda da luta pela educação de base como solução para vocês. Da mesma maneira que brigo com os donos de jornais, que, em vez de ficarem distribuindo encyclopédia, disco e não sei mais o quê, para tirar leitor de outro jornal para eles, poderiam fazer uma campanha pela alfabetização. Se todo mundo soubesse ler, vendia-se muito mais jornais neste País. Mas os donos de jornais

não percebem isso. Querem tirar leitor do outro, não querem aumentar o número total de leitores. Temos que ter 100% terminando o 2º grau com qualidade. Aí vamos chegar a 30, 40% na universidade. Cem por cento não é preciso.

O SR. WILSON PICLER (PDT – PR) – O Senador Cristovam Buarque nos traz então o âmago da questão: estão sobrando vagas nas nossas universidades, nas universidades dos senhores. Estamos com 50% de ociosidade na educação privada. E essa educação privada é de boa qualidade, sim. Há uma equívoco ao nos questionarem quanto à qualidade. Diria mais: há vários equívocos, Sr. Presidente. Um deles: o aluno que vai para a universidade federal, para a universidade pública é o egresso da nossa educação privada, de excelente qualidade, que o ENEM mostrou. Ali já está mostrada a realidade. A educação privada é de excelente qualidade e está pondo no ensino superior alunos de boa qualidade, com boa formação. Só que esses alunos fazem vestibular e entram na federal. Então, pegamos do setor privado. E falo nós porque sou mantenedor – e quero dizer a todo o Brasil, não esconde isso, com muito orgulho – da educação superior privada; sou mantenedor de 2 faculdades, tenho educação a distância e estou aqui eleito pelos meus professores, pelos alunos, pelo povo e pelos alunos do PROUNI. Brigamos muito pelo PROUNI.

Aliás, em relação ao PROUNI, sua votação no Congresso caiu. No último dia foi rejeitado o requerimento de urgência urgentíssima. Fomos recuperar o PROUNI, nós mantenedores, lá no Ministério da Educação, assinando um documento chamado Adesão Antecipada, que significa: queremos participar do PROUNI, independentemente das condições que vierem a ser estabelecidas na lei, por entender o espírito social desta lei. Assinamos lá, Senador Romeu Tuma, um documento às escuras com o MEC para salvar o PROUNI. E hoje o PROUNI é uma realidade, tem mais de 500 mil estudantes com bolsas de estudos.

E o próximo passo já foi dito: primeiro é nós elucidarmos essa questão da qualidade. Nós vamos ter de criar aqui no Congresso Nacional uma Comissão para tratar da qualidade, porque há muitos equívocos por aí. Estão aplicando às instituições particulares um critério de avaliação que foi feito para as públicas. Ora, a pública tem o Orçamento da União, lá ninguém está preocupado com quanto custa um estudante. Na particular é o estudante que paga. Ele tem uma capacidade limitada. Se formos impor uma qualidade extraordinária, nós até temos competência para fazer isso, mas não temos o orçamento, porque o nosso orçamento vem do bolso do pobre aluno

empobrecido. Se a União nos complementar o orçamento, nós podemos, quem sabe, até fazer melhor que as federais.

Então, tem muitos equívocos, Senador Romeu Tuma, nobres Parlamentares que aqui estão, convidados mantenedoras, e o nosso grande desafio no momento é elucidar essa questão da qualidade, qualidade/custo, qual é o investimento justo, quanto que se pode cobrar. Já foi feita uma pesquisa. A capacidade de investimento do brasileiro na educação privada está em torno de 200, 300 reais. As nossas mensalidades já estão em torno de 400, 500, 600 reais, acima da capacidade financiamento. E a solução aí seria: uma vez elucidada a questão da qualidade – que eu vejo que é boa, com raras exceções, porque tem realmente instituições que estão fora do padrão -, o Governo entra investindo em bolsas de estudos. Se a isenção fiscal já atingiu a cota do PROUNI, tem como possibilidade comprar vagas ociosas a um custo muito menor, mas muito menor do que se montar uma universidade pública, que vai ser financiada pelos cofres públicos e onerar o Orçamento da União. E aí vai sobrar dinheiro, Senador Romeu Tuma, para investir na educação das crianças. Vai sobrar dinheiro para construir escolas de boa qualidade para esse povo todo poder ter oportunidade de acesso à tal educação de qualidade de que tanto se fala. Mas o que precisa de um choque de qualidade mesmo é o ensino fundamental e o ensino médio público. Aí precisa de um choque de qualidade e aí precisa de toda a atenção de todos os dirigentes deste País.

Ontem, nós votamos na Câmara a desvinculação da DRU. Significa dizer que vai ter um orçamento para a educação, fixado no total que a União arrecada. E ninguém pode mexer. Durante esses anos todos, quando se precisava construir ponte, financiar déficit público tiravam da educação, tiravam das crianças, tiravam dessa educação que está aí hoje nessa situação realmente difícil.

O **Jornal da Câmara** diz que, desde que foi criada essa DRU, estima-se que foi retirado da educação 80 bilhões de reais. Isto é um crime para nós que estamos aqui defendendo educação de todo jeito. É um crime permitir que, quando País passa por dificuldade, seja ela qual for, quando aumenta o gasto público, vão lá tirar da educação dessas crianças. E depois um Deputado vem aqui dizer que a penitenciária está cheia de gente com a cabeça vazia, faltando conhecimento. Mas por quê? Porque o Estado está falhando com a educação dessas pessoas.

Não é no ensino superior que está a crise do Brasil. O ensino superior está, hoje, relativamente equacionado com a sobra, inclusive, de vagas. O que

está havendo realmente é falta de investimento na educação básica.

Então, deixo aqui o meu apelo. Peço desculpas por ter tomado tanto tempo de V.Exas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Parabéns, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Para encerrar, passo a palavra ao ilustre Prof. Hermes FerreiraFigueiredo, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP, que hoje completa os seus 30 anos de criação.

V.Sª poderá falar da Mesa, se assim o desejar.

O SR. HERMES FERREIRA FIGUEIREDO –

Boa tarde a todos. Senhoras e senhores, Srs. Reitores, mantenedores, convidados; Exmº Sr. Presidente que conduz os trabalhos, Senador Romeu Tuma, a quem agradeço pela iniciativa do requerimento desta sessão de homenagem ao aniversário de 30 anos do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP; nobres Senadores que aqui estiveram e da palavra fizeram uso; Srs. Deputados, eu simplesmente, devido ao adiantado da hora, resolvi deixar minhas 32 páginas de improviso de lado e vou apenas me limitar aos agradecimentos, já que aqueles que usaram a palavra fizeram tudo e muito melhor do que eu faria. Demonstraram aqui a importância da educação para o desenvolvimento nacional. E o objetivo do SEMESP, a missão do SEMESP está-se cumprindo, ao receber neste evento do Congresso Nacional as devidas homenagens pelo transcorrer dos nossos 30 anos.

Por que há esta homenagem? Porque nossas atividades foram percebidas. A importância daquilo que nós representamos foi percebida. Tarde? Não, nunca é tarde para se começar. A educação, hoje, ocupa espaço que outrora não ocupava na mídia, no Congresso, na Assembléia, no Executivo. Ela hoje pauta os assuntos de muitas empresas, inclusive de ONGs. Então, o SEMESP sente-se orgulhoso de, finalmente, ter este reconhecimento público, porque era o que nos faltava, o reconhecimento das autoridades públicas, que passaram a enxergar a educação como a verdadeira alavanca para o progresso nacional.

Concordo com o Senador Cristovam Buarque e com o Deputado Wilson Picler em que o problema educacional brasileiro, hoje, começa lá embaixo, na pré-escola. Enquanto nós não resolvermos o problema da educação infantil, da educação básica, de um ensino médio de qualidade, nós teremos problemas a resolver no ensino superior. Problemas esses que, gra-

ças a nossa iniciativa e à capacidade e competência dos nossos companheiros que militam na educação superior particular, temos tentado minimizar. Mas, a partir do momento em que os problemas da educação infantil, da educação do ensino fundamental, incluindo aqui o ensino médio, forem resolvidos, nós teremos um ensino superior de altíssima qualidade, porque temos, na iniciativa privada, competência para desenvolver esse mister.

Então, eu quero aqui, prezados companheiros da Diretoria do SEMESP, nossos associados, congratular-me por esse reconhecimento público de nossas atividades.

Muito obrigado a todos e que tenham um bom almoço, um bom retorno para as suas casas.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Obrigado, professor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Antes de encerrar, quero agradecer ao Prof. Hermes a presença e a elegância de estar aqui conosco, juntamente com toda a Diretoria do SEMESP.

O Senador Sérgio Zambiasi, que é um ilustre companheiro, lutador pela educação, conversou comigo a respeito desses 30 anos do SEMESP. E como eu sou São Paulo, eu tive a honra de requerer e o Presidente José Sarney colocou em votação, e o requerimento foi, por unanimidade, aprovado e marcada a data da sessão.

Há um grande interesse da Casa pela educação. Todos falaram na pré-escola, na educação infantil. Desde jovem, eu aprendi que cada escola aberta era um presídio a menos. Nesta semana, nós fizemos ao contrário. Nós temos sentimos que a criminalidade vem crescendo por falta de opção pela juventude. Não há escola e a educação, às vezes, é precária. Minha mulher foi professora, diretora, supervisora de escola e tudo que possa ser. E antes da aposentadoria ela me dizia que nós iríamos cair num buraco, as escolas estavam perdendo a qualidade pela falta de assistência aos professores, pela falta de infraestrutura do ensino primário, que era o mais forte à época.

Então, esta semana fui Relator de uma matéria interessante: levar a escola para dentro dos presídios. Todos os presídios serão obrigados a oferecer escola para os presidiários, será voluntário para eles fazerem ou não. Foi aprovada, porque temos de dar oportunidade às pessoas para ser inseridas na sociedade. Senão, a cada vez que saem do presídio vão reincidir no crime, porque não tiveram outra oportunidade a não ser brigas internas, mortes, assassinatos dentro dos próprios presídios. Às vezes, têm uma oficina, lidam com a fabricação de

uma bola de futebol etc. Mas a educação é algo que recupera realmente o preso.

Então, fizemos o contrário, se não dar para abrir tantas escolas com qualidade para evitar o presídio, vamos levar o ensino, enquanto a criminalidade está neste auge, para dentro das escolas. Dizia Jesus Cristo sempre aos pregadores: a cada alma salva, provavelmente o céu ficará feliz. Não dá para salvar todas, mas cada uma que se conseguir sempre será uma glória para aqueles que tiveram oportunidade.

Encerro agradecendo profundamente, com forte emoção, por ter tido oportunidade de presidir esta

elegante solenidade em homenagem a um sindicato tão importante e a uma profissão que praticamente simboliza o ensinamento de Jesus quando esteve com as crianças: “*Deixai vim as criancinhas que é dela o reino dos céus*”. E o reino da inteligência e da alegria são as escolas que os senhores dirigem.

Muito obrigado pela presença de todos. (*Palmas.*)

Está encerrada a sessão.

(*Encerra-se a sessão às 12 horas e 51 minutos.*)

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM/PE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)
Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ^b (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ^a (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ^c (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ^d (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ^b (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ^e (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ^g (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ^f (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ildelei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre temas diversos da legislação brasileira.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 34 PÁGINAS

(OS: 13527/2009)